



ESTADO DO ACRE
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO

Av. Getúlio Vargas, 232, Palácio das Secretarias - 1º e 2º andares - Bairro Centro, Rio Branco/AC, CEP 69900-060
Telefone: - www.ac.gov.br

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO SRP N.º 188/2026- COMPRASGOV N.º 90188/2026

O Estado do Acre, por intermédio da Secretaria Adjunta de Compras, Licitações e Contratos - SELIC, infra qualificada, torna público aos interessados que na data, horário, e condições abaixo indicados, fará realizar licitação na modalidade de **PREGÃO na forma ELETRÔNICA**, tudo de conformidade com Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023, Lei Complementar nº. 123/2006, Lei nº. 8.078/90, Código de Defesa do Consumidor, aplicando-se subsidiariamente, a Lei nº. 14.133/2021 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Esta licitação foi regularmente autorizada pelo **Órgão Contratante** conforme consta no processo administrativo, sendo a Secretaria Adjunta de Compras, Licitações e Contratos - SELIC, órgão da estrutura administrativa da Secretaria de Estado de Administração - SEAD, responsável pelos procedimentos licitatórios, designada como **Órgão Promotor** da licitação.

PROCESSO ADMINISTRATIVO:	0860.012961.00028/2026-11
ÓRGÃO CONTRATANTE:	Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos – SEASDH.
UASG:	927996
MODALIDADE:	PREGÃO
FORMA:	ELETRÔNICO
SRP:	<input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO
CRITÉRIO DE JULGAMENTO:	<input type="checkbox"/> MENOR PREÇO POR ITEM <input checked="" type="checkbox"/> MENOR PREÇO POR LOTE <input type="checkbox"/> MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO POR ITEM <input type="checkbox"/> MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO POR LOTE
MODO DE DISPUTA:	<input checked="" type="checkbox"/> ABERTO
VALOR DE CARÁTER SIGILOSO:	<input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO
VALOR ORÇADO:	<input checked="" type="checkbox"/> Valor Estimado <input type="checkbox"/> Valor Máximo Aceitável <input type="checkbox"/> Valor de Referência
PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS (Observado o disposto no art. 4º § 1º da Lei 14.133/2021)	<input type="checkbox"/> SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO
INTERVALO MÍNIMO DE DIFERENÇA ENTRE OS LANCES (DISPUTA ABERTA):	VALOR [R\$ 0,01]
INVERSÃO DE FASES:	<input type="checkbox"/> SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO
PROVEDOR:	Sistema de Compras do Governo Federal (COMPRASGOV). http://www.gov.br/compras/pt-br/
DATA DA ABERTURA:	10/06/2026
HORÁRIO DE BRASÍLIA:	09h15min
PERÍODO DE RETIRADA:	20/05/2026 à DATA DE ABERTURA
ENDEREÇO ELETRÔNICO:	http://www.gov.br/compras/pt-br/ e/ou http://www.licitacao.ac.gov.br

PREGOEIRO(A):	Francisco Inácio
NOMEAÇÃO:	Portaria SEAD nº. 255 de 26 de Março de 2026, publicado no Diário Oficial do Estado do Acre, ano LVII, Nº. 14.233 de 27 de Março de 2026.
Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local estabelecidos no preâmbulo deste Edital, desde que não haja comunicação do(a) Pregoeiro(a) em contrário.	

O Pregão será realizado pelo(a) Pregoeiro(a) a ser designado por esta secretaria, bem como os Servidores que irão compor a equipe de apoio. Na ausência ou impedimento do(a) Pregoeiro(a) ou equipe de apoio indicado neste item, poderão atuar outros servidores oficialmente capacitados e designados pela Administração.

1. DO OBJETO
- 1.1.

Constitui objeto da presente licitação a Registro de Preços para eventual e futura contratação de empresa especializada na prestação de serviços comuns de fornecimento de alimentação preparada, organizada por lotes, compreendendo café da manhã, almoço, jantar, kit lanche, coffee break, serviços do tipo SELF SERVICE e marmitex, visando atender às demandas e eventos da Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos – SEASDH.
- 1.2.

Em caso de divergência existente entre as especificações deste objeto descritas no COMPRASGOV e as especificações constantes do Anexo I deste Edital prevalecerão às últimas.
- 1.3.

Acompanham este Edital os seguintes Anexos:

Anexo I:

Termo de Referência

Anexo II:

Minuta da ata de Registro de Preço

Anexo III:

Minuta de Contrato

Anexo IV:

Modelo de Proposta de Preços

Anexo V:

Matriz de Risco
2. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
- 2.1.

O Registro de Preços será formalizado por intermédio da Ata de Registro de Preços, na forma do Anexo II e condições previstas neste Edital.
- 2.2.

O prazo de vigência da ata de registro de preços será de (01) um ano contado da data da sua assinatura, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovada a vantajosidade do preço.
- 2.2.1.

O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida na forma prevista no art. 341 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023.
3. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES
- 3.1.

Qualquer pessoa poderá apresentar pedido de esclarecimentos ou impugnação ao edital de licitação, por meio eletrônico, no e-mail: selic.protocolo@gmail.com, ou excepcionalmente ou por escrito e entregue sob protocolo da Secretaria Adjunta de Compras, Licitações e Contratos - SELIC, localizada na Estrada do Aviário, 927 – Bairro Aviário - Rio Branco/Acre - CEP 69900-830, de segunda à sexta feira, no horário de 7h às 14h, em até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública.
- 3.2.

O(A) Pregoeiro(a) responderá aos pedidos de esclarecimentos e às impugnações no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, podendo requisitar subsídios formais aos responsáveis pela fase preparatória.
- 3.3.

A impugnação não possuirá efeito suspensivo, exceto em situações excepcionais devidamente motivadas pelo(a) Pregoeiro(a) nos autos do processo de licitação.
- 3.4.

As respostas aos pedidos de esclarecimentos e às impugnações serão divulgadas por meio de notificações no sistema COMPRASGOV <http://www.gov.br/compras/pt-br> e no site <http://www.licitacao.ac.gov.br>, ficando todos os interessados obrigados a acessá-los para obtenção das informações prestadas pelo(a) Pregoeiro(a).
- 3.5.

Acolhida a impugnação, será republicado o edital com as mesmas formalidades de sua publicação original e, conforme o caso, será definida nova data para a realização do certame, observando-se a regra do art. 145 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023.
4. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO
- 4.6.

A participação na licitação importa total, irrestrita e irretroatável submissão dos proponentes às condições deste Edital.
- 4.7.

Poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO os interessados que:
- 4.7.1.

Cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação.
- 4.7.2.

Estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).
- 4.7.3.

O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 4.7.4.

É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 4.7.5.

A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 4.8.

Não poderão concorrer direta ou indiretamente nesta licitação:
- 4.8.6.

aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 4.8.7.

autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

4.8.8. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

4.8.9. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

4.8.10. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

4.8.11. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

4.8.12. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

4.8.13. tenham agente público integrante do órgão promotor e/ou do órgão solicitante da licitação, que participe da empresa na qualidade de sócio, dirigente ou responsável técnico, vedada também sua participação indireta;

4.8.13.1. A vedação de que trata o **item anterior** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4.8.14. estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação, **EXCETO quando autorizada judicialmente ou quando estiver com plano de recuperação aprovado e homologado.**

4.8.15. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

4.8.16. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.8.17. Conste a inscrição da empresa no [Sistema Integrado de Registro do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS e Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP](#). Sendo a inscrição impeditiva apenas nos casos em que o efeito da sanção apontada no referido cadastro representar óbice à participação em licitações e contratações no Estado do Acre.

4.9. O impedimento de que trata o **item 4.3.4** será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

4.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os **itens 4.3.2 e 4.3.3** poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

4.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

4.12. O disposto nos itens **4.3.2 e 4.3.3** não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

4.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

5. DO CREDENCIAMENTO E DA REPRESENTAÇÃO

5.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico, no site <http://www.gov.br/compras/pt-br/>.

5.2. O credenciamento do interessado e de seu representante junto ao sistema eletrônico de compras implicará a sua responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de capacidade para a realização das transações inerentes à licitação.

5.3. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico de compras durante a sessão pública da licitação, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.4. Caberá ao licitante interessado em participar do processo licitatório na forma eletrônica observar o disposto no art. [148 do Decreto Estadual 11.363/2023](#).

6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

6.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, **conforme o critério de julgamento adotado neste Edital**, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

6.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

6.4. **No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:**

6.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório, conforme disposto no [art. 63 § 1º da Lei 14.133/2021](#).

6.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

6.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

6.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

6.5. O licitante organizado em cooperativa, **quando permitido a participação**, deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

6.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

6.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

6.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

6.7. A falsidade da declaração de que trata os **itens 6.4 ou 6.6** sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

6.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

6.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

6.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

6.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

6.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima, conforme estabelece o [artigo 19 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#)

6.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

6.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

6.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto, conforme estabelece a [Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022 \(art. 19, § 1º\)](#).

6.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do **item 6.11** possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

6.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

6.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

7.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

7.1.1. **Valor unitário e total ou percentual de desconto conforme critério estabelecido no preâmbulo deste edital**, e demais informações exigidas no próprio campo do sistema.

7.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

7.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

7.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.5. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Projeto Básico/Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

7.6. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações, quando participarem de licitações públicas.

7.7. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Projeto Básico/Termo de Referência.

7.8. A existência de elementos na proposta que permitam a identificação do licitante, antes da fase de lances, ensejarão a desclassificação da proposta inicial, conforme estabelece no [art. 151 § 4º do Decreto Estadual 11.363/2023](#).

8. DA SESSÃO PÚBLICA

8.1. A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo(a) Pregoeiro(a), ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste edital, no sítio <http://www.gov.br/compras/pt-br/>.

8.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o(a) Pregoeiro(a) e as licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico (“chat”).

8.3. Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

8.4. O(A) Pregoeiro(a) poderá suspender a sessão pública do certame, justificando, no “chat”, os motivos da suspensão e informando, quando houver, a data e o horário previstos para a reabertura da sessão.

8.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.5.1. Na inversão de fases prevista no item anterior, serão observadas as seguintes disposições:

- I - apresentação simultânea pelos licitantes dos documentos de habilitação e das propostas, exceto os relativos à regularidade fiscal;
- II - análise dos documentos de habilitação de todos os licitantes;

- III - divulgação do resultado da habilitação;
- IV - disputa entre os licitantes habilitados;
- V - exigência e análise dos documentos relativos à regularidade fiscal apenas do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar;
- VI - divulgação do resultado do julgamento; e
- VII - previsão de duas etapas recursais, observando-se o disposto no [art. 241 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023](#).

8.6. Qualquer interessado poderá acompanhar o seu desenvolvimento em tempo real, por meio da internet.

9. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS, FORMULAÇÃO DE LANCES E NEGOCIAÇÃO

- 9.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 9.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 9.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes.
- 9.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 9.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do LOTE.
- 9.6. O prazo mínimo de validade da proposta será de 90 dias a contar da sessão pública.
- 9.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 9.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema, observando-se, quando houver, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir o melhor lance.
- 9.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser conforme intervalo disposto no preâmbulo do edital.
- 9.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 9.11. Durante a fase de lances, o(a) Pregoeiro(a) poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.
- 9.12. Neste Pregão o **modo de disputa adotado é o "aberto"**, assim definido no [art. 155 do Decreto Estadual n.º 11.363, de 22 de novembro de 2023](#).
- 9.13. O envio de lances no pregão eletrônico o modo de **disputa "aberto"**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 9.13.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 9.13.1.1. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 9.13.1.2. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 9.13.2. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o(a) pregoeiro(a), auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir, por uma única vez, o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 9.13.2.1. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances.
- 9.13.2.2. Os lances iguais serão classificados conforme a ordem de apresentação.
- 9.13.3. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de classificação.
- 9.14. Não serão registrados lances iguais na etapa de disputa aberta e prevalecerá o que for registrado primeiro.
- 9.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, **vedada a identificação do licitante**.
- 9.16. No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 9.16.1. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) Pregoeiro(a) persistir por tempo superior a 15 (quinze) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada após comunicação expressa no sistema, sempre que possível, no turno seguinte ou em outra data previamente comunicada aos participantes com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.
- 9.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 9.18. Após apresentação da proposta e/ou lances não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo(a) Pregoeiro(a).
- 9.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática no sistema. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.
- 9.19.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 9.19.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 9.19.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 9.19.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 9.20. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, e art. 219 do Decreto Estadual nº 11.363/2023 nesta ordem:

- 9.20.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta de preço em ato contínuo à classificação;
- 9.20.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 9.20.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 9.20.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 9.21. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 9.21.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- 9.21.2. empresas brasileiras;
- 9.21.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 9.21.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).
- 9.22. Esgotados todos os demais critérios de desempate previsto em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em sessão pública, para o qual todos os licitantes serão convocados.
- 9.23. O(A) Pregoeiro(a) poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica no sistema.
- 9.23.1. Eventual exclusão de proposta do licitante na hipótese de que trata o item anterior implicará a retirada do licitante do certame.
- 9.24. Definido o resultado da disputa, o(a) Pregoeiro(a) poderá negociar o preço com o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar.
- 9.24.1. Ao licitante é assegurado o **prazo mínimo de 5 (cinco) minutos** para manifestação e/ou resposta, sob pena de desclassificação se extrapolar este limite de tempo, quando sua proposta estiver acima do estimado.
- 9.24.1.1. Caso o licitante manifeste o interesse em negociar, o(a) Pregoeiro(a) poderá conceder novo prazo para aceitação da contra proposta.
- 9.24.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou com o percentual abaixo do definido pela Administração.
- 9.24.3. A negociação será realizada, exclusivamente, por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 9.24.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 9.25. Antes da convocação para apresentar a proposta adequada ao último lance, o(a) Pregoeiro(a) verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 9.25.1. Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF;
- 9.25.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>); e
- 9.25.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>).
- 9.25.3.1. O registro sanção da empresa no SICAF ou CEIS ou CNEP será impeditiva apenas nos casos em que o efeito da sanção apontada no referido cadastro representar óbice à participação em licitações e contratações no Estado do Acre.
- 9.26. O(A) Pregoeiro(a) solicitará o envio da proposta de preços conforme condições mínimas previstas no **Modelo de Proposta de Preços constante do Anexo IV deste edital, no prazo mínimo de 2 (duas) horas**, adequada ao valor final ofertado, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, **sob pena de desclassificação**.
- 9.27. O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado por igual período, antes do término do prazo originalmente previsto, mediante solicitação do licitante através do chat no sistema eletrônico ou através do e-mail: selic.protocolo@gmail.com, a critério do(a) Pregoeiro(a).
- 9.28. Para o envio dos documentos, o(a) Pregoeiro(a) fará uso da opção “**Convocar Anexo**”, selecionando na tela do Sistema, o fornecedor convocado. O Sistema encaminhará, via chat, mensagem de convocação disponibilizando-a a todos, inclusive para a sociedade. Nesse momento o fornecedor convocado poderá encaminhar arquivo anexo, por meio do link “Anexar”, disponível apenas para o fornecedor selecionado.
- 9.28.1. Confirmado o envio do anexo, o link “Anexar” do fornecedor passa a ter a função de “Consultar”. Na tela do(a) Pregoeiro(a), após a convocação, o Sistema informa na coluna “Anexo” o link “Convocado”, o qual, após o envio do anexo pelo fornecedor, passa a disponibilizar o link “Consultar”.
- 9.28.2. Diante da indisponibilidade momentânea do campo próprio do sistema eletrônico, o licitante, excepcionalmente, poderá remeter pelo e-mail selic.protocolo@gmail.com, dentro do prazo estabelecido.
- 9.29. Incumbirá o Licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou de sua desconexão.
- 9.30. Após a negociação do preço, o(a) Pregoeiro(a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

10. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DA ACEITABILIDADE

- 10.1. O julgamento das Propostas de Preços dar-se-á **conforme critério de julgamento estabelecido no preâmbulo deste edital**, observadas as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho definidos no Edital e seus anexos.
- 10.2. O(A) Pregoeiro(a) realizará a verificação da conformidade da proposta provisoriamente classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto especificado e à compatibilidade do preço ou percentual de desconto, conforme critério de julgamento estabelecido no preâmbulo, em relação ao estimado pela contratação.
- 10.3. **O(A) Pregoeiro(a) poderá solicitar parecer do setor técnico do órgão demandante para orientar sua decisão.**
- 10.4. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.
- 10.4.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.
- 10.5. **Será desclassificada a proposta que:**
- 10.5.1. Não atender às especificações técnicas previstas neste edital e seus anexos;
- 10.5.2. Permanecer, após a etapa de negociação, com preço acima do orçamento estimado para a contratação ou com o percentual abaixo ao estimado para a contratação;
- 10.5.3. Apresentar desconformidade insanável com quaisquer outras exigências do edital;

- 10.5.4. Apresentar preço manifestamente inexequível.
- 10.5.4.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- 10.5.5. Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração.
- 10.6. Considera-se indícios de inexequibilidade da proposta:
- 10.6.1. em serviços de engenharia, valores inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração Pública; e
- 10.6.2. no caso de fornecimentos e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 10.7. O(A) Pregoeiro(a) por meio de diligência, deverá conferir ao licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade de sua proposta.
- 10.7.1. A inexequibilidade, só ficará comprovada quando, cumulativamente:
- 10.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 10.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 10.8. Em sede de diligência, somente será possível a aceitação de novos documentos quando:
- 10.8.1. necessários para complementar informações acerca dos documentos já apresentados pelo licitante e que se refiram a fato já existente à época da abertura do certame;
- 10.8.2. destinados à atualização de documentos vencidos após a data de recebimento das propostas.
- 10.9. O(A) Pregoeiro(a), por meio de diligência, poderá encaminhar o processo para o órgão ou entidade demandante para que se manifeste a respeito da exequibilidade da proposta.
- 10.10. A análise de exequibilidade da proposta não considerará materiais e instalações a serem fornecidos pelo licitante em relação aos quais conste da proposta renúncia expressa à parcela ou à totalidade da remuneração.
- 10.11. Quando o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar for desclassificado, o(a) Pregoeiro(a) convocará os demais licitantes, na ordem de classificação, para negociação.
- 10.12. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas, empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o(a) Pregoeiro(a) passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.
- 10.13. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o(a) Pregoeiro(a) verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.
- 10.14. **DA AMOSTRA**
- 10.15. **CONFORME DESCRITO NO TERMO DE REFERÊNCIA ITEM 17.**

11. DA HABILITAÇÃO

- 11.1. A habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e qualificação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril de 2018.
- 11.2. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante classificado em primeiro lugar.
- 11.3. As empresas licitantes deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica, à Regularidade Fiscal e Trabalhista, Qualificação Econômico-Financeira, Qualificação Técnica:
- 11.3.1. **Habilitação Jurídica**
- a) Contrato social ou instrumento equivalente.
- 11.3.2. **Regularidade Fiscal e Trabalhista**
- a) Prova de regularidade com a Fazenda Federal e Seguridade Social (Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União);
- b) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal, do domicílio ou sede do licitante, na forma da lei
- c) Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos Negativa da Dívida Ativa do Estado.
- d) Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei; e
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, relativos a débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.
- 11.3.3. **Qualificação Econômico-Financeira**
- a) Certidão negativa de falência, concordata, recuperação judicial ou Certidão Negativa de Ação Cível em que não conste ação de falência/recuperação judicial/concordata/extrajudicial expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica, **EXCETO quando autorizada judicialmente ou quando estiver com plano de recuperação aprovado e homologado**
- b) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações **contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais**, conforme estabelece o [Art. 69 da Lei 14.133/2021](#).
- b.1) O último exercício social para o registro dos balanços nos órgãos competentes será aquele estabelecido no art. 1.078 do Código Civil Brasileiro, qual seja, **30 de abril do ano seguinte**. Tal prazo, não se aplica as empresas que utilizam o Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, que será até o último dia útil do mês de maio do ano seguinte.
- c) O licitante deverá comprovar através seu balanço do último exercício social, que possui patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, na forma da lei, de acordo com o [§4º do art. 69 da Lei nº 14.133/2021](#).
- 11.3.4. **Qualificação Técnica**
- a) **Atestado de capacidade técnica**, expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem ter o licitante fornecido satisfatoriamente os bens ou serviços pertinentes e compatíveis com o objeto desta licitação. Podendo ser exigido da proposta melhor classificada, em diligência, que apresente cópia autenticada do contrato da prestação do serviço ou da nota fiscal, que deram origem ao Atestado.
- b) **E demais exigências solicitadas no Termo de Referência - Anexo I, do edital - ITEM 33.**

11.4. A verificação pelo(a) Pregoeiro(a), em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

11.5. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf e documentos complementares (quando for o acaso) serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo mínimo de **2 (duas) horas**, contado da solicitação do(a) Pregoeiro(a), **sob pena de inabilitação**.

11.5.1. O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado por igual período, antes do término do prazo originalmente previsto, mediante solicitação do licitante através do chat no sistema eletrônico ou através do e-mail: selic.protocolo@gmail.com, a critério do(a) Pregoeiro(a).

11.5.2. Para tanto, o(a) Pregoeiro(a) fará uso da opção “**Convocar Anexo**”, selecionando na tela do Sistema, o fornecedor convocado. O Sistema encaminhará, via chat, mensagem de convocação disponibilizando-a a todos, inclusive para a sociedade. Nesse momento o fornecedor convocado poderá encaminhar arquivo anexo, por meio do link “Anexar”, disponível apenas para o fornecedor selecionado.

11.5.3. Confirmado o envio do anexo, o link “Anexar” do fornecedor passa a ter a função de “Consultar”. Na tela do(a) Pregoeiro(a), após a convocação, o Sistema informa na coluna “Anexo” o link “Convocado”, o qual, após o envio do anexo pelo fornecedor, passa a disponibilizar o link “Consultar”.

11.5.4. Diante da indisponibilidade momentânea do campo próprio do sistema eletrônico, o licitante, excepcionalmente, poderá remeter pelo e-mail selic.protocolo@gmail.com, dentro do prazo estabelecido.

11.6. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou de sua desconexão.

11.7. Se o prazo de validade das certidões não estiver expresso, será considerado o prazo de 90 (noventa) dias consecutivos, excluindo-se nesta contagem o dia da emissão/expedição (o primeiro dia na contagem do prazo é o seguinte à sua emissão).

11.8. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das MEs e das EPPs será exigida nos termos do disposto no Decreto Federal nº 8.538, de 6 de outubro de 2015, ou de outro que vier a substituí-lo.

11.9. Na hipótese de haver alguma restrição relativa à regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado **prazo de cinco dias úteis, prorrogável por igual período**, para a regularização da documentação, sob pena de inabilitação.

11.10. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras na licitação, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados com tradução livre.

11.10.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser estrangeiro, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou de aceitação ou retirada de instrumento equivalente, os documentos de que trata o item acima serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto Federal nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que vier a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

11.11. **O(A) Pregoeiro(a) poderá solicitar parecer do setor técnico do órgão demandante para orientar sua decisão.**

11.12. A documentação de habilitação poderá ser apresentada em versão original ou por cópia simples, por meio do sistema eletrônico.

11.13. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

11.14. Na hipótese de o licitante não atender às exigências de habilitação, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital de licitação.

11.15. Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no edital, o(a) Pregoeiro(a) declarará o(s) licitante(s) habilitado(s) e vencedor(es) do(s) respectivo(s) item(ns) ou lote(s) do certame.

11.16. A indicação do vencedor, e demais informações relativas à sessão pública do Pregão constarão de ata divulgada no Sistema eletrônico, sem prejuízo das demais formas de publicidade prevista na legislação pertinente.

12. DO SANEAMENTO DA PROPOSTA E DA HABILITAÇÃO

12.1. Durante as fases de julgamento e de habilitação, o(a) Pregoeiro(a), mediante decisão fundamentada, poderá realizar diligências para sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e a validade jurídica dos documentos de habilitação.

12.1.1. A diligência deverá ser registrada em ata acessível aos licitantes.

12.2. Será vedada a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

- I - complementação de informações ou esclarecimentos adicionais acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes;
- II - atualização de documentos cuja validade tenha expirado; e
- III - comprovação de situação fática preexistente à época da abertura do certame.

12.3. Para os fins do disposto no inciso III do item acima, será admitida a juntada de certidão ou atestado não anexados à documentação originalmente apresentada, desde que tenham data anterior à abertura do certame ou se refiram inequivocamente à condição adquirida pelo licitante antes da abertura do certame.

12.4. Na falta de documentos de habilitação que consistam em mera declaração do licitante sobre fato preexistente ou em simples compromisso por ele firmado, poderá ser concedido prazo para saneamento da falha.

12.5. A realização de diligências não conferirá ao licitante novo prazo ou oportunidade de obter condição ou requisito que antes não detinha, nem autorizará o(a) Pregoeiro(a) a fazer exigências novas não previstas no edital.

12.6. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares à proposta e à habilitação, os documentos deverão ser apresentados em formato digital, no prazo mínimo de **02 (duas) horas**, a contar da solicitação do(a) Pregoeiro(a).

12.6.1. O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado por igual período, antes do término do prazo originalmente previsto, mediante solicitação do licitante através do chat no sistema eletrônico ou através do e-mail: selic.protocolo@gmail.com, a critério do(a) Pregoeiro(a).

12.7. Sendo necessária a suspensão da sessão pública para a realização de diligências, o reinício se dará mediante aviso prévio no sistema eletrônico, com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

12.8. Quando todos os licitantes forem desclassificados ou inabilitados, a Administração Pública poderá fixar o prazo de até 08 (oito) dias úteis para a apresentação de novas propostas escoimadas das causas de desclassificação ou inabilitação.

13. DOS RECURSOS

13.1. Do julgamento das propostas e da decisão de habilitação ou inabilitação, qualquer licitante poderá, de forma imediata e motivada, explicitando sucintamente suas razões, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, **em campo próprio do sistema eletrônico, no prazo não inferior a 20 (vinte) minutos**, manifestar sua intenção de recorrer, **sob pena de preclusão**.

13.1.1. O prazo para manifestação concedida no subitem anterior será de no mínimo 10 (dez) minutos por fase (proposta e habilitação).

13.2. A apresentação das razões recursais deverá ser feita no prazo de **03 (três) dias úteis contados do dia útil subsequente, inclusive, à data de manifestação da intenção de recorrer**, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do dia útil subsequente, inclusive, ao término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata das razões.

13.3. A apreciação se dará em fase única; e

13.4. Os efeitos do ato ou da decisão recorrida ficarão suspensos até a decisão final da autoridade competente.

13.5. Quando houver a inversão de fases de que trata o art. 141 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023, a fase recursal ocorrerá em duas etapas, observando-se as seguintes disposições específicas, sem prejuízo das regras gerais previstas no caput:

13.5.1. intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente após a fase de habilitação e após a fase de julgamento, conforme o caso; e

13.5.2. a apreciação dar-se-á em duas fases, após a fase de habilitação e após a fase de julgamento, a partir da declaração do licitante vencedor, conforme o caso.

13.6. O recurso será dirigido ao(a) Pregoeiro(a), que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, encaminhará o recurso, com a sua motivação, à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados do recebimento do processo.

13.7. A decisão do recurso deverá ser divulgada no sistema eletrônico.

13.8. O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

13.9. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

14. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

14.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esgotados os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior do órgão ou entidade demandante, que poderá:

14.1.1. determinar o retorno do processo para saneamento de eventuais irregularidades;

14.1.2. revogar a licitação por motivo superveniente de conveniência e oportunidade;

14.1.3. anular a licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que verificada ilegalidade insanável; e

14.1.4. adjudicar o objeto, no caso de recurso sem o juízo de retratação, e homologar a licitação.

15. DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO E DO CADASTRO DE RESERVA

15.1. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para a formalização da ata de registro de preços:

15.1.1. Serão registrados na ata de registro de preços os preços e os quantitativos do adjudicatário, observando-se o disposto no inciso V do caput do art. 319 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023.

15.1.2. Será incluído na ata de registro de preços, na forma de anexo, o registro:

a) dos licitantes ou dos fornecedores que aceitarem cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observando-se a classificação na licitação; e

b) dos licitantes ou fornecedores que mantiverem sua proposta original.

15.1.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata de registro de preços.

15.2. O registro de que trata o item 15.1.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva, para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata de registro de preços.

15.3. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores de que trata a alínea “a” do item 15.1.2, antecederão aqueles de que trata a alínea “b” do referido item.

15.4. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva de que tratam o item 15.1.2 e o item 15.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

15.4.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

15.4.2. Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 331 e art. 332 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023.

15.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

15.6. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

15.6.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

15.6.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

16. DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES

16.1. Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, inclusive empresas estatais que não figurem no rol de órgãos e entidades participantes, mediante anuência expressa do órgão ou entidade gerenciadora e da detentora, atendidos os limites do art. 336 e as demais condições previstas no Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023.

17. DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO

17.1. **Não** será permitido participação de empresas sob a forma de consórcio, conforme está disposto no Termo de Referência - Anexo I do Edital.

18. DA PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS

18.1. Não se aplica.

19. DA SUBCONTRATAÇÃO

19.1. Não será permitido a subcontratação, conforme está disposto no Termo de Referência - Anexo I do Edital.

20. DOS PRAZOS E CONDIÇÕES PARA A ENTREGA DO OBJETO

20.1. Será conforme disposto no Anexo I deste Edital.

21. DAS FORMAS, CONDIÇÕES, PRAZOS DE PAGAMENTO, E CRITÉRIO DE REAJUSTAMENTO DO PREÇO

21.1. Será conforme disposto no Anexo I deste Edital.

22. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

22.1. Não haverá garantia de execução contratual, conforme disposto no Anexo I deste Edital.

23. DO TERMO DE CONTRATO

23.1. Será conforme disposto no Anexo I deste Edital.

24. DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

24.1. Será conforme disposto no Anexo I e Anexo III deste Edital.

25. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

25.1. Será conforme os termos constantes do Anexo I deste Edital.

26. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

26.1. As licitantes estarão sujeitas às sanções administrativas previstas nos [arts. 155 à 163 da Lei n.º 14.133/2021](#), e às demais cominações legais, resguardado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

26.2. Na hipótese de abertura de processo administrativo destinado à apuração de fatos e, se for o caso, aplicação de sanções à licitante, em decorrência de conduta vedada neste Pregão, as comunicações à licitante serão efetuadas através do endereço eletrônico (e-mail) indicado em sua proposta.

26.3. Sem prejuízo das sanções previstas neste edital e seus anexos, os atos lesivos à Administração Pública previstos no inciso IV, do art. 5º, da Lei nº 12.846/2013, sujeitarão os infratores às penalidades previstas na referida lei.

27. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

27.1. As normas que disciplinam este procedimento serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

27.2. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei nº 14.133/21, com suas posteriores alterações e legislação correlata.

27.3. A realização da licitação não implica necessariamente a contratação total ou parcial do montante previsto, porquanto estimado, podendo o órgão demandante, inclusive, revogá-la, total ou parcialmente, por fatos supervenientes, de interesse público, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante manifestação escrita e fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, conforme dispõe o [art. 71 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021](#).

27.4. A autoridade superior do órgão ou entidade demandante poderá revogar o processo licitatório por motivo de conveniência e oportunidade, e deverá anular o processo licitatório por ilegalidade insanável, por meio de ato escrito e fundamentado, conforme estabelece no [Art. 250 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023](#).

27.5. Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da revogação ou da anulação do processo licitatório, conforme dispõe o [Art. 250 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023](#).

27.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação do objeto pelo órgão demandante.

27.7. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local estabelecidos no preâmbulo deste Edital, desde que não haja comunicação do(a) Pregoeiro(a) em contrário.

27.8. Todas as referências de tempo estabelecidas no edital, nos avisos e durante a sessão pública observarão, para todos os efeitos, o horário de Brasília - Distrito Federal, inclusive para contagem de tempo e registro no sistema de compras adotado pelo Poder Executivo do Estado do Acre e na documentação relativa ao certame.

27.9. Eventuais modificações no edital de licitação implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto se, inquestionavelmente, a alteração não comprometer a formulação das propostas, resguardado o tratamento isonômico aos licitantes.

27.10. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório

27.11. Será facultado ao(a) Pregoeiro(a), em qualquer fase da licitação, desde que não seja alterada a substância da proposta, adotar medidas de saneamento destinadas a esclarecer informações, corrigir impropriedades na documentação de habilitação, da proposta, ou complementar a instrução do processo.

27.12. As Licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações, declarações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

27.13. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento da Licitante, desde que sejam possíveis a aferição da sua qualificação, conforme dispõe o [art. 12 da Lei Federal nº 14.133/2021](#).

27.14. Os prazos previstos nesta Lei serão contados com exclusão do dia do começo e inclusão do dia do vencimento e observarão as disposições previstas no [art. 183 da Lei Federal nº 14.133/2021](#).

27.15. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e nos sítios <http://www.gov.br/compras/pt-br/>, <http://www.licitacao.ac.gov.br>, e ainda no Portal de Licitações do Tribunal de Contas do Estado do Acre - LICON.

27.16. O resultado desta licitação poderá ser consultado nos sítios <http://www.gov.br/compras/pt-br/> e/ou <http://www.licitacao.ac.gov.br>.

27.17. Quaisquer informações complementares sobre o presente Edital e seus Anexos poderão ser obtidas pelo telefone (68) 3215-4600 ou através de e-mail selic.protocolo@gmail.com.

27.18. O Foro para dirimir os possíveis litígios que decorrerem do presente procedimento licitatório será o do foro da comarca, de Rio Branco - AC.

Elaborado por:

Katheryne Cássia de Q. Almeida Silva
Divisão de Conformidade e Elaboração de Editais - DIVCON



Documento assinado eletronicamente por **KATHERYNE CÁSSIA DE QUEIROZ ALMEIDA SILVA**, Cargo **Comissionado**, em 20/05/2026, às 08:09, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da [Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.sei.ac.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **0020921076** e o código CRC **3474832A**.

ANEXO I DO EDITAL - TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 81/2026/SEASDH - DIVCOMP

Processo nº 0860.012961.00028/2026-11

1. **DO ÓRGÃO**
 - 1.1. **Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos (SEASDH).**
2. **DO OBJETO**
 - 2.1. Registro de Preços para eventual e futura contratação de empresa especializada na prestação de serviços comuns de fornecimento de alimentação preparada, organizada por lotes, compreendendo café da manhã, almoço, jantar, kit lanche, coffee break, serviços do tipo SELF SERVICE e marmitex, visando atender às demandas e eventos da Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos – SEASDH.
3. **FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**
 - 3.1. **Da referência ao estudo técnico preliminar**
 - 3.2. A Fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, anexo ao processo administrativo.
 - 3.3. **Legislação que poderá ser aplicada ao objeto:**
 - 3.4. Esta contratação se alinha à **Lei nº 14.133/2021**, especialmente nos artigos 6º, 40, 78 e 82, e ao **Decreto nº 11.363/2023**, que regulamenta o **Sistema de Registro de Preços (SRP)** e estabelece diretrizes para contratações públicas eficientes.
 - 3.5. **Da justificativa para a escolha do SRP**
 - 3.6. Considerando que se trata de uma demanda previamente planejada para prestação de serviços comuns de alimentação, a equipe de planejamento optou por manter a prática institucional de licitação na modalidade pregão eletrônico, utilizando o sistema de registro de preços (SRP). Essa escolha se justifica pela maior **transparência, competitividade e segurança** proporcionadas por essa modalidade, além da **otimização da gestão de estoque e do orçamento**.
 - 3.7. A licitação pelo SRP destina-se ao **registro de preços de fornecedores**, que assumem o compromisso de fornecer bens ou executar serviços durante todo o período de vigência da **Ata de Registro de Preços** pelo período de 12 (**doze**) meses, conforme as condições estipuladas. Esse modelo permite contratações eventuais e recorrentes dentro do prazo de validade da ata, garantindo flexibilidade e eficiência na gestão das aquisições.
 - 3.8. O SRP é regulamentado pela **Lei nº 14.133/2021**, com destaque para os seguintes dispositivos:
 - Art. 6º, incisos XLV e XLVI** – Definição e aplicação do sistema de registro de preços;
 - Art. 40, inciso II** – Previsão da utilização do SRP;
 - Art. 78, inciso IV, e Art. 82** – Regras para sua aplicação e execução;
 - 3.9. Além disso, o **Decreto nº 11.363/2023**, que regulamenta a aplicação do SRP no âmbito da nova Lei de Licitações, reforça essa previsão em seu **Art. 50, inciso II**, e **Art. 303, incisos II e IV**, estabelecendo diretrizes como a necessidade de **entregas parceladas** e a consideração da **imprevisibilidade na demanda por quantitativos**.
4. **CRITÉRIO DE JULGAMENTO**
 - 4.1. Menor preço por lote.
5. **DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E CUSTOS ESTIMADOS**
 - 5.1. Nos termos do art. 17 e art. 82 da Lei nº 14.133/2021, o Sistema de Registro de Preços não exige a prévia reserva orçamentária para a realização da licitação, sendo a comprovação da disponibilidade de recursos exigida apenas no momento da contratação.
 - 5.2. Nesse sentido, o disposto no art. 301 do Decreto Estadual nº 11.363/2023, o qual remete expressamente ao disciplinado no art. 17, do Decreto Federal nº 11.462/2023 que Regulamenta os art. 82 a art. 86 da Lei nº 14.133/2021, inclusive prevendo expressamente, mas não limitando, os tipos de instrumentos hábeis a formalização da contratação:
 - Art. 301. No SRP não será necessária a apresentação da dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil, sendo, contudo, obrigatória a indicação dos códigos do elemento de despesa e do item do material ou serviço no e-fisco.
 - 5.3. No preço foram computados todos os impostos, taxas, fretes e demais despesas que, direta ou indiretamente tenham relação com o objeto do contrato, isentando a Administração de quaisquer ônus por despesas decorrentes.
6. **DESCRIÇÃO DE CATEGORIA DE INVESTIMENTO**
 - () Equipamento de Apoio
 - () Equipamento de TI
 - () Consultoria/Auditoria/Assessoria
 - () Despesa de Custeio
 - () Bens de Consumo
 - (X) Serviços de Terceiros/Pessoa Jurídica
 - () Material Permanente
7. **DA PROPOSTA DE PREÇOS**
 - 7.1. As empresas participantes do processo licitatório deverão apresentar na proposta de preços, obrigatoriamente as marcas e modelo (este quando couber) para os materiais cotados, se houver;
 - 7.2. As propostas de preços deverão ser informadas apenas com duas casas decimais após a vírgula;
 - 7.3. Os materiais deverão ter obrigatoriamente suas principais especificações descritas, sob pena de desclassificação, tais como: descrição completa, detalhada e individualizada do objeto cotado, com a indicação da procedência quando se tratar de material importado, informando a marca/modelo, quantidade e unidade;
 - 7.4. Se houver **indícios de inexecuibilidade da proposta de preço**, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, **deverão ser efetuadas diligências**, na forma do art. 59, § 2º da Lei nº 14.133/2021, a exemplo das enumeradas no anexo VII-A, item 9.4 da IN nº 05/2017, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

- 7.5. Em caso de empresas revendadoras ofertarem mais baixos que os valores praticados pela fabricante e a inexecuibilidade da proposta não for flagrante, **será obrigatória a realização de diligências** para aferir a legalidade e exequibilidade da proposta, apresentando:
- a) Justificativa sobre o preço abaixo de custo, caso contrário, estará infringindo a ordem econômica (art. 36, § 3º, XV da Lei 12.529/2011);
 - b) Apresentação de notas fiscais dos produtos ofertados pelo proponente ou orçamento de preço com a fabricante dos insumos ofertados;
 - c) Apresentação de planilha de custos, contendo as seguintes informações: notas fiscais dos produtos ofertados pelo proponente ou orçamento do produto pela fabricante da marca apresentada, imposto sobre a venda do produto no Estado do Acre, logística e lucro.
- 7.6. Caso a proposta apresente indícios de inexecuibilidade, especialmente quando significativamente inferior aos valores de mercado, a Administração deverá realizar diligências para comprovar sua viabilidade, mediante apresentação de documentos que demonstrem a composição de custos e capacidade de execução do objeto, nos termos do art. 59 da Lei nº 14.133/2021.
- 7.7. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.
- 7.8. Em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública, **em se tratando de preços, deverá ser encaminhado para este órgão realizar as respectivas diligências.**
- 7.9. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.
- 7.10. O prazo mínimo da validade da proposta será de 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação. Caso não conste o prazo na proposta, esta será considerada válida pelo referido período.
8. **DAS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO**

LOTE I - ALIMENTAÇÃO (MUNICÍPIO DE RIO BRANCO)						
Item	Descrição	Unidade	Quantidade para Registro	Quantidade para Consumo	Valor Média	Valor Total
1	CAFÉ DA MANHÃ , composto de: Café com leite ou achocolatado com leite (180 ml). 1 pão (francês, forma, massa fina, com margarina, queijo ou ovo mexido, 01 (uma) fruta banana ou maçã.	Unidade	20.000	12.000		
2	MARMITEX (ALMOÇO/JANTAR), (COMPOSIÇÃO MÍNIMA): Quantidade mínima de 850g, sendo: 200g de arroz, 150g de feijão, 150g de carne, opções: bovina sendo de 1ª sem osso (patinho, alcatra, coxão mole e coxão duro), ou 150g de frango desossado, ou 150g de peixe, 200g de acompanhamento (macarrão, mandioca, farofa ou purê de batata). 150g de salada podendo ser crua ou cozida. Acondicionada em embalagem descartável com divisória e colher descartável para o almoço e jantar. Obs: Ressalta-se que os talheres descartáveis de qualidade (garfo e faca) deverão estar inclusos no preço do item.	Unidade	25.000	20.000		
3	KIT LANCHE - I 01 (um) salgado assado de forno (grande), ou 01 (uma) Pizza tamanho individual (sabor a escolha) ou 01 (uma) torta de frango ou carne, 1 (uma) fatia de bolo de milho ou trigo ou mandioca e 01 (um) suco natural acondicionado em embalagem de 400 ml. (sabor maracujá, ou açaí, ou goiaba, ou caju). <i>Obs. Empresa poderá sugerir outros sabores de suco.</i>	Unidade	5.000	2.000		
VALOR TOTAL LOTE I						R\$
LOTE II - COFFEE BREAK (MUNICÍPIO DE RIO BRANCO)						
Item	Descrição	Unidade	Quantidade para Registro	Quantidade para Consumo	Valor Média	Valor Total
4	COFFEE BREAK I Café sem açúcar (servir açúcar e adoçante separadamente); Leite, leite achocolatado quente; Água mineral, água de côco; Suco de frutas - sabores variados (mínimo de três) - sugestões: laranja, acerola, graviola, abacaxi, cupuaçu, maracujá, suco verde, mamão c/ laranja, etc.; Salada de frutas (creme de leite e leite condensado separadamente); Granola, aveia em flocos; Iogurte sugestões: morango, aveia, mel, etc.; Biscoito salgado (integral/outras),	Unidade	10.000	5.000		

	doce (maisena, leite/outras), torradas; Pães - francês, de forma (normal e integral) de queijo, brioches; Pão de milho no leite da castanha; Tapioca; Bolos de mandioca, mesclado de chocolate, laranja, milho, etc.; Sanduíches– sugestões: misto quente, natural, de metro; Frios - presunto, peito de peru, queijos (mussarela, prato e outros); Manteiga, margarina, requeijão cremoso, geléia (morango, goiaba, etc.); Banana (comprida) frita (com açúcar e canela); Frutas frescas variadas e fatiadas quando for o caso (mínimo de três) sugestões: melão, uvas, mamão, pêra, maçã, manga, abacaxi, banana prata, melancia, etc.					
5	COFFEE BREAK II Salgados Fritos: COM OPÇÃO DE ESCOLHA DE 02 TIPOS: Coxinha de frango, Risoles com recheio de carne, queijo ou palmito, Kibes, COFFEE BREAK II Salgados Fritos: COM OPÇÃO DE ESCOLHA DE 02 TIPOS DE SALGADOS FRITOS: Coxinha de frango, Risoles com recheio de carne, queijo ou palmito, Kibes, Bolinha de queijo, Pastéis com recheio de carne ou frango, Croquete de carne. Salgados Assados: COM OPÇÃO DE ESCOLHA DE 03 TIPOS DE SALGADOS ASSADOS: Mini saltenha regionais, Esfiha de carne, Mini Calzone com recheio de frango, palmito ou queijo, Empadinha com recheio de frango ou camarão, Tortinha de atum, Mini-pão de batata com calabresa Bolo: COM OPÇÃO DE ESCOLHA DE 02 TIPOS DE BOLO. Inglês, limão, chocolate, cenoura, côco, tapioca, milho Bebidas: Refrigerantes diet, light e normal, Água mineral com gás e sem gás em garrafas descartáveis, de 500ml, Até 04 tipos de suco natural (a escolher).	Unidade	10.000	5.000		
6	COFFEE BREAK III no mínimo: 03 tipos de salgados, 03 tipos de doces, pão francês, queijo, presunto, manteiga e/ou margarina, leite, café, achocolatado, suco natural.	Unidade	10.000	5.000		
7	REFEIÇÃO SELF SERVICE: Almoço/jantar, Cardápio: entrada (02 tipos), arroz (02 tipos), carne branca ou vermelha (02 tipos), leguminosas (02 tipos), massa (01 tipo), salada (03 tipos), sobremesa (02 tipos), suco copo de 300ml ou refrigerante lata 350ml (01 tipo). (Município de Rio Branco)	Unidade	5.000	2.500		
VALOR TOTAL LOTE II						RS

LOTE III - ALIMENTAÇÃO (MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO SUL)

Item	Descrição	Unidade	Quantidade para Registro	Quantidade para Consumo	Valor Média	Valor Total
8	CAFÉ DA MANHÃ , composto de: Café com leite ou achocolatado com leite (180 ml). 1 pão (francês, forma, massa fina, com margarina, queijo ou ovo mexido, 01 (uma) fruta banana ou maçã.	Unidade	15.000	10.000		
9	MARMITEX (ALMOÇO/JANTAR), (COMPOSIÇÃO MÍNIMA): Quantidade mínima de 850g, sendo: 200g de arroz, 150g de feijão, 150g de carne, opções: bovina sendo de 1ª sem osso (patinho, alcatra, coxão mole e coxão duro), ou 150g de frango desossado, ou 150g de peixe, 200g de acompanhamento (macarrão, mandioca, farofa ou purê de batata). 150g de salada podendo ser crua ou cozida. Acondicionada em embalagem descartável com divisória e colher descartável para o almoço e jantar.	Unidade	22.000	20.000		

	Obs: Ressalta-se que os talheres descartáveis de qualidade (garfo e faca) deverão estar inclusos no preço do item.					
10	KIT LANCHE - I 01 (um) salgado assado de forno (grande), ou 01 (uma) Pizza tamanho individual (sabor a escolha) ou 01 (uma) torta de frango ou carne, 1 (uma) fatia de bolo de milho ou trigo ou mandioca e 01 (um) suco natural acondicionado em embalagem de 400 ml. (sabor maracujá, ou açaí, ou goiaba, ou caju). <i>Obs. Empresa poderá sugerir outros sabores de suco.</i>	Unidade	2.000	1.000		

VALOR TOTAL LOTE III						R\$
----------------------	--	--	--	--	--	------------

LOTE IV - COFFEE BREAK E SELF SERVICE (MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO SUL)						
---	--	--	--	--	--	--

Item	Descrição	Unidade	Quantidade para Registro	Quantidade para Consumo	Valor Média	Valor Total
11	COFFEE BREAK I - MATUTINO 1. Café sem açúcar (servir açúcar e adoçante separadamente); Leite, leite achocolatado quente; Suco de frutas - sabores variados (mínimo de três) - sugestões: laranja, acerola, graviola, abacaxi, cupuaçu, maracujá, suco verde, mamão c/ laranja, etc.; 2. Mingau de banana (200ml por pessoa), Mingau de tapioca (200ml por pessoa); 3. Salada de frutas (creme de leite e leite condensado separadamente); Granola, aveia em flocos; Iogurte - sugestões: morango, aveia, mel, etc.; 4. Biscoito salgado (integral/outras), doce (maisena, leite/outras), torradas; 5. Pães - francês, de forma (normal e integral) de queijo, brioches; 6. Pão de milho no leite da castanha; Tapioca; 7. Bolos de mandioca, mesclado de chocolate, laranja, milho, etc.; 8. Sanduíches – sugestões: misto quente, natural, de metro; 9. Frios - presunto, peito de peru, queijos (mussarela, prato e outros); 10. Manteiga, margarina, requeijão cremoso, geleia (morango, goiaba, etc.); 11. Banana (comprida) frita (com açúcar e canela) ou banana cozida; 12. Frutas frescas variadas e fatiadas quando for o caso (minimo de três) - sugestões: melão, uvas, mamão, pera, maçã, manga, abacaxi, banana prata, melancia, etc. Observação: - Pratos, garfos, facas, colheres, e o necessário, em vidro e louça; - Guardanapos de papel; - Serviço de garçons; - Bandejas de boa apresentação.	Unidade	2.000	1.000		
12	COFFEE BREAK II - VESPERTINO 1. Água mineral, água de coco, refrigerantes - coca-cola e guaraná (normal e diet). Sucos naturais (mínimo três sabores). Sugestões: laranja, acerola, graviola, abacaxi, cupuaçu, maracujá, suco verde, abacaxi com hortelã, etc; 2. Pães - queijo, brioches, croissant (doce e salgado); 3. Sanduíches - naturais delicados, pão de metro; 4. Salgadinho assados variados a escolher (mínimo de três qualidades); 5. Mini quiches e empadas sabores variados a escolher (mínimo três tipos); 6. Bolo comum, banana (comprida) frita com canela e açúcar.	Unidade	2.000	1.000		

	Observação: - Pratos, garfos, facas, colheres, e o necessário, em vidro e louça; - Guardanapos de papel; - Serviço de garçons; - Bandejas de boa apresentação.					
13	REFEIÇÃO SELF SERVICE: Almoço/jantar, Cardápio: entrada (02 tipos), arroz (02 tipos), carne branca ou vermelha (02 tipos), leguminosas (02 tipos), massa (01 tipo), salada (03 tipos), sobremesa (02 tipos), suco copo de 300ml ou refrigerante lata 350ml (01 tipo). (Município de Cruzeiro do Sul)	Unidade	500	250		
VALOR TOTAL LOTE IV						R\$
VALOR TOTAL DOS LOTES						R\$

9. **DA JUSTIFICATIVA**
- 9.1. A presente contratação justifica-se pela necessidade de assegurar o fornecimento contínuo e adequado de alimentação aos usuários atendidos pela Secretaria de Estado de Assistência Social e dos Direitos Humanos – SEASDH, bem como aos participantes de ações institucionais e à equipe envolvida na execução das políticas públicas socioassistenciais.

9.2. As unidades de acolhimento mantidas pela Secretaria, especialmente a Casa Abrigo do Juruá (CAJ), no município de Cruzeiro do Sul, demandam fornecimento diário e ininterrupto de refeições, considerando que atendem pessoas em situação de vulnerabilidade social, risco pessoal e violação de direitos. A interrupção desse serviço comprometeria diretamente a dignidade humana e a garantia de direitos fundamentais previstos na legislação vigente.

9.3. Assim, a presente contratação revela-se indispensável para garantir a continuidade dos serviços essenciais, assegurar atendimento digno e humanizado aos usuários da política de assistência social e evitar prejuízos à execução das atividades institucionais da SEASDH.

9.4. A ausência da contratação poderá comprometer a realização de ações institucionais, eventos socioassistenciais e o atendimento adequado aos usuários das unidades mantidas pela Secretaria.

9.5. Considerando a natureza dos serviços de alimentação, a futura contratação deverá observar as normas sanitárias aplicáveis à manipulação, preparo, acondicionamento, transporte e distribuição de alimentos, garantindo a manutenção das condições adequadas de higiene, conservação e temperatura dos produtos até o momento do consumo, em conformidade com a legislação sanitária vigente.

9.6. O planejamento desta contratação está acompanhado de análise de riscos, registrada em documento próprio (SEI nº 0019951559), contendo a identificação de riscos, ações preventivas e contingências

10. **DA NATUREZA DO OBJETO**
- 10.1. O objeto a ser contratado possui padrão de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo Edital por meio de especificações usuais do mercado, enquadrando-se, portanto, **como bem comum**, nos termos do que dispõem o inciso XIII do art. 6º, da Lei 14.133/2021 e inciso XXXVIII, art. 2º do Decreto Estadual nº 11.363/2023.

10.2. O objeto está em consonância ao Acórdão 1287/2008 Plenário (Sumário) *“Bem ou serviço comum é aquele que pode ter seus padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado. O conceito de material comum não está necessariamente ligado a sua complexidade.”*

10.3. O jurista Marçal Justen filho apresenta o entendimento que *"bem ou serviços comum é aquele que se encontra disponível a qualquer tempo num mercado próprio e cujas características padronizadas são amplas a satisfazer as necessidades da Administração Pública" (in Pregão - Comentários à Legislação do Prestígio Comum e Eletrônico, 5ª Ed, São Paulo: Dialética, 2009. p. 37)"*

10.4. No que diz respeito a padronização e metodologia referente aos materiais, reiteramos que os bens/serviços, devido à padronização existente no mercado, atendem a métodos e técnicas conhecidos, bem como a padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos.

10.5. Por fim, o objeto não se enquadra como sendo bem de luxo.

11. **DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**
- 11.1. Em consonância ao inciso VII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21, a escolha da solução como um todo tem como justificativa os seguintes fatores:

a) **Viabilidade Técnica e Orçamentária:** A solução proposta mostra-se tecnicamente viável, considerando tratar-se de serviço comum, amplamente ofertado no mercado, com número significativo de empresas especializadas aptas a executar o objeto conforme as especificações exigidas;

b) **Atendimento aos Padrões Técnicos e Normativos:** A prestação de serviços comuns de alimentação está alinhada com as exigências estabelecidas pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e normativas correlatas, como a Resolução CNAS nº 109/2009 e a Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004). Além disso, está fundamentada na Lei Federal nº 14.133/2021 e na legislação estadual do Acre, que atribuem ao poder público a responsabilidade pela manutenção e estruturação desses serviços;

c) **Eficiência e Continuidade do Serviço Público** – O fornecimento regular de alimentação constitui requisito essencial para o funcionamento adequado das unidades de acolhimento e para a execução das ações socioassistenciais desenvolvidas pela SEASDH. A eventual interrupção do serviço comprometeria direitos fundamentais dos usuários, razão pela qual a contratação se revela indispensável ao interesse público;

d) **Modalidade de Contratação Adequada** – A solução será operacionalizada por meio de Pregão Eletrônico, sob o Sistema de Registro de Preços, por se tratar de serviço comum, com necessidade de contratações futuras e parceladas, cujos quantitativos variam conforme a programação das ações institucionais e a demanda contínua das unidades de acolhimento. Tal modalidade assegura maior competitividade, transparência, vantajosidade econômica e flexibilidade administrativa, compatibilizando-se com a natureza da contratação.

11.2. A solução apresentada revela-se adequada, suficiente e compatível com a necessidade administrativa identificada, atendendo aos princípios da legalidade, eficiência, economicidade, planejamento e continuidade do serviço público.

12. **DA LOCALIDADE ONDE SE REALIZARÁ A LICITAÇÃO**
- 12.1. O processo licitatório deverá ocorrer em Rio Branco/AC, na sede da Secretaria Adjunta de Licitações do Acre, sito à Estrada do Aviário, nº 927, Bairro Aviário, CEP: 69.900-830 – Fone (68) 3215-4600.
13. **DO QUANTITATIVO**
- 13.1. A Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos (SEASDH), não estará obrigada a adquirir os quantitativos dispostos neste Termo de Referência, devendo adquirir os itens de acordo com o plano de trabalho.

13.2. Os produtos que não forem adquiridos imediatamente ficarão registrados em Ata para suprir qualquer eventualidade, quando necessário.
14. **LOCAL DA ENTREGA DO OBJETO**

14.1. Os serviços de alimentação serão prestados de forma parcelada, em endereços das unidades integrantes da estrutura da SEASDH nos municípios de Rio Branco e Cruzeiro do Sul, conforme a divisão dos lotes.

15. **PRAZO DE ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO E RECEBIMENTO**

15.1. O fornecimento dos serviços de alimentação (coffee break e/ou refeições) será realizado de forma parcelada, conforme a necessidade da Administração, mediante emissão de Ordem de Fornecimento ou solicitação formal do Contratante.

15.2. A solicitação será encaminhada à contratada com antecedência mínima de **48 (quarenta e oito)** horas, devendo constar as informações relativas à data, horário, local de realização do evento e quantitativo estimado de participantes.

15.3. A contratada deverá realizar a entrega e disponibilização dos alimentos no local indicado pelo Contratante, no horário previamente estabelecido, garantindo que os produtos sejam fornecidos em condições adequadas de higiene, conservação e temperatura, conforme as normas sanitárias vigentes.

15.4. Apenas serão aceitos os itens fornecidos conforme as especificações descritas no objeto deste Termo.

15.5. As aquisições dos produtos serão feitas de acordo com a necessidade e conveniência **da Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos (SEASDH)**

15.6. Os documentos citados serão, preferencialmente, encaminhados via e-mail, para o endereço eletrônico indicado pelo fornecedor, que deverá confirmar o recebimento no prazo de até 02 (dois) dias úteis do envio. Reputar-se-á entregue e recebido, o e-mail que não tiver confirmação de recebimento, findo o prazo de três dias úteis, e não houver informação de erro de entrega pelo servidor de e-mail.

15.7. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do fornecedor registrado e aceita pela Divisão de Material e Patrimônio.

15.8. O prazo para entrega começará a contar no dia imediatamente posterior ao último dia útil fixado no subitem anterior.

15.9. Caberá ao setor responsável pelo recebimento do material monitorar o prazo de entrega e, se assim entender, notificar a empresa sobre a proximidade de encerramento do prazo de entrega.

15.10. O fornecedor deverá estar legalmente estabelecido e explorar ramo de atividade pertinente e compatível com o objeto desta contratação.

15.11. **Condições de entrega:**

15.12. Os alimentos deverão ser entregues **no local, data e horário estabelecidos na Ordem de Fornecimento**, devidamente acondicionados em recipientes apropriados que garantam a manutenção das condições adequadas de higiene, conservação e temperatura dos produtos até o momento do consumo.

15.13. A contratada deverá observar as **normas sanitárias vigentes**, especialmente aquelas relacionadas à manipulação, preparo, armazenamento, transporte e distribuição de alimentos, devendo garantir a qualidade e segurança alimentar dos produtos fornecidos.

15.14. Quando solicitado pela Administração, a contratada deverá providenciar:

- a) montagem de mesas ou pontos de distribuição dos alimentos;
- b) disponibilização de utensílios, recipientes e guardanapos necessários ao consumo;
- c) organização dos alimentos de forma adequada para atendimento aos participantes do evento.

15.15. **Recebimento dos serviços:**

15.16. O recebimento dos serviços será realizado por **servidor designado como fiscal do contrato ou por seu substituto formalmente indicado**, que acompanhará a execução do fornecimento e verificará a conformidade dos serviços prestados com as especificações estabelecidas no Termo de Referência e na Ordem de Fornecimento.

15.17. O recebimento ocorrerá **no momento da entrega e disponibilização dos alimentos no local do evento**, mediante verificação das seguintes condições:

- a) atendimento ao quantitativo solicitado pela Administração;
- b) qualidade, apresentação e adequação dos alimentos fornecidos;
- c) cumprimento do horário e local de entrega estabelecidos;
- d) condições adequadas de acondicionamento, higiene e conservação dos alimentos;
- e) conformidade com as especificações do cardápio ou composição mínima estabelecida neste Termo de Referência.

15.18. **CrITÉRIOS de aceitação:**

15.19. Os serviços serão considerados aceitos quando atenderem integralmente às especificações estabelecidas neste Termo de Referência, bem como às condições estabelecidas na Ordem de Fornecimento emitida pela Administração.

15.20. A aceitação do serviço não exclui a responsabilidade da contratada quanto à qualidade dos alimentos fornecidos, nem a obrigação de reparar eventuais falhas verificadas durante a execução contratual.

15.21. **Rejeição do fornecimento:**

15.22. Os alimentos ou serviços que apresentarem desconformidade com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência poderão ser **rejeitados, no todo ou em parte**, cabendo à contratada providenciar a **substituição ou regularização do fornecimento**, sem ônus adicional para a Administração.

15.23. Na ocorrência de irregularidades no fornecimento, a Administração poderá registrar a ocorrência em relatório de fiscalização, notificando a contratada para adoção das providências necessárias, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas na legislação vigente e no instrumento contratual.

16. **SUSTENTABILIDADE**

16.1. Em consonância com o Estudo Técnico Preliminar (ETP), esta contratação adotará diretrizes de sustentabilidade, priorizando os serviços que minimizem impactos ambientais. Isso inclui:

- a) Adotar práticas de logística reversa, especialmente quanto ao descarte ambientalmente adequado de embalagens, recipientes e materiais utilizados na prestação do serviço;
- b) Utilizar embalagens com menor impacto ambiental, priorizando materiais recicláveis, reutilizáveis ou biodegradáveis;
- c) Reduzir o uso de plásticos descartáveis, sempre que viável, substituindo por materiais ambientalmente adequados, observadas as normas sanitárias aplicáveis;
- d) Implementar medidas de redução de desperdício de alimentos, incluindo controle de porcionamento e adequada armazenagem;
- e) Realizar o descarte de resíduos orgânicos e recicláveis de forma ambientalmente correta, em conformidade com a legislação vigente.

17. **DA AMOSTRA**

17.1. Poderá ser solicitada a apresentação de amostra ou realização de degustação dos itens alimentícios ofertados após a fase de lances e negociações do licitante vencedor, com o objetivo de verificar a conformidade com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência.

17.2. A amostra ou degustação deverá ser apresentada no prazo máximo de **02 (dois) dias úteis**, contados da solicitação formal da Administração.

17.3. O licitante que não puder apresentar a amostra no prazo estabelecido deverá solicitar formalmente a prorrogação do prazo, mediante justificativa devidamente fundamentada, a qual será analisada pela Administração.

- 17.4. A análise das amostras poderá considerar, entre outros aspectos:
- a) qualidade e apresentação dos alimentos;
 - b) sabor e condições de preparo;
 - c) conformidade com a composição mínima do cardápio estabelecido neste Termo de Referência;
 - d) condições adequadas de acondicionamento e transporte dos alimentos.

17.5. A avaliação das amostras será realizada por equipe designada pela Administração, podendo ser acompanhada pelos licitantes interessados.

17.6. Caso as amostras apresentadas não atendam às especificações estabelecidas neste Termo de Referência, o licitante poderá ser desclassificado, sendo convocado o próximo colocado para apresentação de nova amostra.

18. **DA SUBCONTRATAÇÃO**

18.1. A Contratada não poderá subcontratar, ficando, o vínculo contratual adstrito somente do Contratante e a Contratada, respondendo a Contratada por todos os danos causados na execução do objeto do Contrato.

19. **DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO**

19.1. Fica vedada a participação de empresas reunidas em consórcio no presente procedimento licitatório, considerando que o objeto consiste na prestação de serviços comuns de fornecimento de alimentação preparada, organizada por lotes, compreendendo café da manhã, almoço, jantar, kit lanche, coffee break, serviços do tipo self service e marmitex, atividade amplamente ofertada no mercado por empresas do ramo, não demandando grau elevado de complexidade técnica, operacional ou econômico-financeira que justifique a formação de consórcio.

19.2. A vedação visa preservar a competitividade do certame, assegurar maior eficiência na gestão e fiscalização contratual, bem como evitar possíveis dificuldades na execução, responsabilização e operacionalização dos serviços, observando os princípios da razoabilidade, economicidade, eficiência e interesse público, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

20. **DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

20.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com ou por outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original, bem como mantidas as demais cláusulas e condições do contrato, não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração quanto à continuidade da execução contratual.

21. **DO PAGAMENTO**

21.1. O pagamento dos bens efetivamente entregues será efetuado à empresa contratada no prazo máximo de até 30 (trinta) dias úteis, contados do recebimento do documento fiscal, compreendido nesse período a fase de ateste deste – o qual conterá o endereço, o CNPJ, os números do Banco, da Agência e da Conta Corrente da Empresa contratada, o número da Nota de Empenho e a descrição clara do objeto – em moeda corrente nacional, de acordo com as condições.

21.2. A emissão da ordem bancária será efetivada após o documento fiscal ser conferido, aceito e atestado por servidor responsável, caracterizando o recebimento definitivo, e ter sido verificada a regularidade da Empresa contratada, mediante consulta on-line ao Sistema Unificado de Cadastro de Fornecedores (SICAF), ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa disponível no Portal do CNJ e à Certidão Negativa (ou Positiva com efeito de Negativa) de Débitos Trabalhistas (CNDT), para comprovação, dentre outras coisas, do devido recolhimento das contribuições sociais (FGTS e Previdência Social) e demais tributos estaduais, federais e municipais, conforme cada caso.

21.3. Após apresentação da fatura/nota fiscal devidamente atestada, deverá conter os documentos de regularidade fiscal, trabalhista, previdenciária, dentre outros, abaixo descritos, que são condição não de pagamento, mas de manutenção da condição de habilitado a fornecer para o Estado do Acre:

- I - Certidão Negativa de Débito Municipal;
- II - Certidão Negativa de Débito Estadual emitido pela Secretaria de Estado da Fazenda - SEFAZ (pessoa física e jurídica) e pela Procuradoria Geral do Estado - PGE (pessoa jurídica);
- III - Certidão Conjunta Negativa da Fazenda Federal (compreendendo certidão unificada da dívida ativa da união, quitação de tributos federais e quitação de contribuições previdenciárias);
- IV - Certidão Negativa de Débito do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;
- V - Certidão Negativa de Débito Trabalhista;
- VI - Certidão de Distribuição para Fins Gerais - Justiça Estadual;
- VII - Certidão de Distribuição para Fins Gerais - Justiça Federal e;
- VIII - Outros documentos que se fizerem necessários para comprovação de regularidade da contratada.

21.4. O documento fiscal deverá ser emitido em nome da:

- a) Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos - SEASDH, localizada na Avenida Nações Unidas nº 2.731, bairro: Estação Experimental, cidade de Rio Branco/Acre – CEP. 69.918- 172.
- b) CNPJ nº 33.863.850/0001-72, devendo constar no corpo da nota fiscal/fatura o número do contrato e do empenho.

21.5. A empresa contratada deve apresentar o documento fiscal de fornecimento, emitido e entregue ao fiscal do contrato, para fins de liquidação e pagamento.

21.6. Na ocorrência de rejeição do documento fiscal motivado por erro ou incorreções, o mesmo será devolvido à empresa contratada para retificação e reapresentação, acrescendo-se, no prazo fixado para pagamento, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.

21.7. Nos casos de eventuais atrasos injustificados de pagamento, desde que a Empresa contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Administração contratante, desde a data limite fixada para pagamento até a data do efetivo pagamento, será a seguinte:

$$EM = N \times VP \times I / 365$$
, onde:
 EM = Encargos moratórios a serem pagos pelo atraso de pagamento;
 N = Número de dias de atraso contados entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento;
 VP = Valor da parcela em atraso; e
 I = IPCA anual acumulado (Índice de Preços ao Consumidor Ampliado do IBGE) / 100.

21.8. Os documentos de cobrança deverão ser entregues pela empresa contratada, na sede da SEASDH, para o Fiscal do Contrato, no horário de expediente do Contratante, ou por e-mail a ser informado quando da assinatura do contrato.

21.9. Em nenhuma hipótese será efetuado pagamento de documento fiscal com o número do CNPJ/MF diferente do que foi apresentado na proposta de preços, mesmo que sejam empresas consideradas matriz e filial ou vice-versa, ou pertencentes ao mesmo grupo ou conglomerado.

21.10.	Não será realizado qualquer tipo de pagamento através de boleto bancário ou por outro meio diferente do previsto no Contrato.
21.11.	A Administração contratante, no momento do pagamento, providenciará as devidas retenções tributárias, nos termos da legislação vigente, exceto nos casos em que a empresa contratada comprovar, na forma prevista em lei, não lhe serem aplicáveis tais retenções.
21.12.	Caso a empresa contratada seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das ME e EPP – SIMPLES, desde que não haja vedação legal para tal opção em razão do objeto executado, deverá apresentar, juntamente com o documento fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.
21.13.	Antecipação de pagamento a) Não haverá a antecipação de pagamento por qualquer solicitação de fornecimento ou prestação de serviços indicados neste Termo de Referência.
22.	DA VIGÊNCIA DO CONTRATO
22.1.	A vigência do Contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da sua assinatura, na forma do art. 105 da Lei 14.133/2021.
23.	OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
23.1.	Assinar o termo de contrato no prazo de até 05 (cinco) dias úteis , contados da convocação, nos termos do art. 90 da Lei nº 14.133 de 2021 , sob pena de aplicação das sanções cabíveis em caso de recusa injustificada.
23.2.	Executar o objeto contratado em estrita conformidade com as especificações constantes no Edital, neste Termo de Referência e na proposta apresentada.
23.3.	Assumir integral responsabilidade pela qualidade, preparo, acondicionamento, transporte e entrega dos alimentos, garantindo que os produtos fornecidos estejam em perfeitas condições de consumo.
23.4.	Utilizar matéria-prima de primeira qualidade, dentro do prazo de validade e em conformidade com as normas sanitárias vigentes.
23.5.	Cumprir integralmente as normas sanitárias aplicáveis ao preparo e fornecimento de alimentos, especialmente aquelas estabelecidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária.
23.6.	Assegurar que a manipulação, preparo, acondicionamento e transporte dos alimentos observem as boas práticas de manipulação de alimentos previstas na Resolução RDC nº 216 de 2004.
23.7.	Garantir que os alimentos sejam transportados em condições adequadas de higiene, temperatura e acondicionamento, preservando suas características e evitando contaminações.
23.8.	Substituir, às suas expensas, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas , os produtos entregues que apresentarem: <ol style="list-style-type: none"> deterioração; inadequação ao consumo; descumprimento das especificações; embalagens danificadas; irregularidades sanitárias.
23.9.	Atender prontamente às reclamações apresentadas pela Administração quanto à qualidade dos produtos fornecidos.
23.10.	Os produtos fornecidos deverão atender às normas sanitárias vigentes aplicáveis aos serviços de alimentação, especialmente às disposições da Resolução RDC nº 216/2004 , da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, bem como demais normas pertinentes à manipulação e fornecimento de alimentos.
23.11.	Comunicar ao Contratante, com antecedência mínima de 02 (dois) dias úteis , quaisquer motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo de entrega, apresentando as devidas justificativas.
23.12.	Responsabilizar-se integralmente por todas as despesas decorrentes da execução do objeto , inclusive transporte, embalagem, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais.
23.13.	Designar preposto para representá-la durante toda a execução contratual, com poderes para tratar de assuntos relacionados à execução do contrato.
23.14.	Permitir e facilitar a fiscalização da Administração , prestando todas as informações solicitadas.
23.15.	Manter durante toda a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação , conforme disposto no art. 92 da Lei nº 14.133 de 2021 .
23.16.	Responder civil e penalmente por quaisquer danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato.
23.17.	Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto fornecido, nos termos da Lei nº 8.078 de 1990 e do Código Civil Brasileiro .
23.18.	Respeitar as normas de segurança e acesso às dependências da Administração, mantendo seus empregados devidamente identificados.
23.19.	Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto contratado sem autorização expressa da Administração .
23.20.	Responsabilizar-se integralmente por eventuais danos à saúde decorrentes de falhas na manipulação ou fornecimento de alimentos , sem prejuízo das sanções administrativas e legais cabíveis.
23.21.	A Contratada será integralmente responsável pela qualidade sanitária dos alimentos fornecidos, devendo assegurar que todos os produtos utilizados no preparo e fornecimento das refeições e coffee breaks estejam próprios para consumo humano, dentro do prazo de validade e em conformidade com as normas sanitárias vigentes, inclusive em casos de intoxicação alimentar.
23.22.	Apresentar nota fiscal/fatura acompanhada da comprovação de regularidade fiscal e trabalhista para fins de pagamento.
24.	OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE
24.1.	Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, por meio de servidor ou comissão especialmente designada, na forma do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.
24.2.	Aplicar as sanções administrativas quando se fizerem necessárias, nos casos de descumprimento das obrigações contratuais.
24.3.	Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas nos produtos ou serviços fornecidos, para que sejam substituídos ou corrigidos.
24.4.	Comunicar oficialmente à Contratada quaisquer falhas verificadas no cumprimento do contrato.
24.5.	Comunicar formalmente à Contratada, por meio de correspondências ou instrumentos contratuais, sempre que houver alterações ou informações que possam modificar itens do contrato originalmente pactuados.
24.6.	Conduzir os procedimentos relativos a eventuais negociações de preços contratados e à aplicação de penalidades por descumprimento das obrigações assumidas.
24.7.	Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos.

- 24.8. Disponibilizar, mensalmente, em seu sítio eletrônico oficial, a ordem cronológica de seus pagamentos, bem como as justificativas que fundamentarem eventual alteração dessa ordem.
- 24.9. Liberar, no prazo previsto para pagamento, a parcela incontroversa, no caso de controvérsia sobre a execução do objeto quanto à dimensão, qualidade ou quantidade.
- 24.10. Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.
- 24.11. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do contrato, em especial quanto à aplicação de sanções, alterações e reajustes contratuais.
- 24.12. Não direcionar a contratação de pessoas para trabalhar na empresa contratada.
- 24.13. Permitir o acesso dos empregados da Contratada às dependências do Contratante, quando necessário, para a entrega, organização e execução dos serviços de alimentação contratados.
- 24.14. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante ou preposto da Contratada.
- 24.15. Proceder ao recebimento do objeto contratado, atestar as respectivas notas fiscais e realizar a liquidação e o pagamento dos serviços prestados.
- 24.16. Recusar, mediante justificativa, os produtos ou serviços entregues em desacordo com as especificações constantes no Edital e na proposta da Contratada.
- 24.17. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos produtos recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.
- 24.18. Verificar a regularidade da Contratada junto ao Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores do Governo do Estado do Acre – CADUF, antes de cada pagamento.
- 24.19. Verificar, por ocasião do pagamento, a regularidade da Contratada junto à Seguridade Social, Caixa Econômica Federal (FGTS), Justiça do Trabalho, Receita Federal, Fazenda Estadual, Dívida Ativa e Prefeitura Municipal.

25. **DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

- 25.1. A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no presente objeto, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado do Contrato, conforme previsto no art. 125 da Lei Federal nº 14.133/2021.

26. **DO REAJUSTE E REVISÃO CONTRATUAL**

- 26.1. **Reajuste:**
- 26.2. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de 01 (um) ano, contado da data limite para a apresentação das propostas.
- 26.3. Após o interregno mínimo de 01 (um) ano, e mediante solicitação da Contratada, os preços contratados poderão ser reajustados, aplicando-se a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.
- 26.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 01 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste concedido.
- 26.5. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará à Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.
- 26.6. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 26.7. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou, de qualquer forma, não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o índice que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 26.8. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, mediante termo aditivo contratual.
- 26.9. O reajuste será formalizado por apostilamento, nos termos da legislação vigente.
- 26.10. **Revisão (Reequilíbrio econômico-financeiro)**
- 26.11. A eventual autorização da revisão dos preços contratuais será concedida após análise técnica e jurídica do Contratante, passando a produzir efeitos a partir da data do protocolo do pedido apresentado pela Contratada.
- 26.12. Enquanto eventuais solicitações de revisão de preços estiverem sendo analisadas, a Contratada não poderá suspender a prestação dos serviços ou o fornecimento dos produtos contratados, sendo os pagamentos realizados com base nos preços vigentes.
- 26.13. Fica facultado ao Contratante realizar ampla pesquisa de mercado para subsidiar a análise do pedido de revisão de preços apresentado pela Contratada.
- 26.14. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais após a data de apresentação da proposta, desde que comprovadamente repercutam nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.
- 26.15. Para fins do disposto no item anterior, será devida a revisão dos valores pelo Contratante a partir da data do fato que gerou o direito ao reequilíbrio econômico-financeiro, desde que solicitado formalmente pela Contratada e devidamente comprovado.
- 26.16. Com vistas à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, poderá ser promovida revisão do preço contratual, desde que o pedido esteja acompanhado de comprovação da superveniência de fatos imprevisíveis, ou previsíveis de consequências incalculáveis, que retardem ou impeçam a execução do ajustado, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, bem como de demonstração analítica de seu impacto nos custos do contrato, nos termos do art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133/2021.

27. **DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

- 27.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de **01 (um) ano**, contado da data da sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovada a vantajosidade do preço, conforme estabelecido no art. 325 do Decreto Estadual nº 11.363/2023 e art. 84 da Lei nº 14.133/2021.
- 27.2. A licitante vencedora deverá comparecer para firmar a **Ata de Registro de Preços**, no prazo de até **02 (dois) dias úteis**, contados da data da convocação.
- 27.3. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, a Contratante não estará obrigada a contratar os serviços ou adquirir os produtos objeto desta Ata exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo realizar nova licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie ao fornecedor registrado, sendo, entretanto, assegurada aos beneficiários do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.
- 27.4. A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, o fornecedor assume o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados pela Administração e se obriga a cumprir integralmente todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades legalmente cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.
- 27.5. A contratação decorrente desta Ata será formalizada mediante contrato administrativo ou documento equivalente, conforme previsto na legislação aplicável.

27.6. Mediante a retirada da Nota de Empenho, Autorização de Fornecimento ou Ordem de Serviço, ficará caracterizado o compromisso de execução do objeto contratado.

27.7. A Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada, durante sua vigência, por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, inclusive empresas estatais que não figurem no rol de órgãos e entidades participantes, mediante anuência expressa do órgão ou entidade gerenciadora e da detentora da ata, observados os limites previstos no art. 336 do Decreto Estadual nº 11.363/2023.

27.8. O pedido de adesão por órgão ou entidade não participante será analisado pelo órgão ou entidade gerenciadora, que se manifestará quanto à possibilidade de adesão, desde que não haja prejuízo às obrigações presentes e futuras decorrentes da ata de registro de preços, indicando as possíveis detentoras e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

27.9. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora somente será concedida após a aceitação da adesão pelo fornecedor registrado.

27.10. A adesão deverá ser efetivada em até 90 (noventa) dias, contados da autorização, admitida a prorrogação excepcional e devidamente justificada desse prazo, mediante anuência da detentora da ata, desde que observado o prazo de vigência da ata de registro de preços.

27.11. Competirá ao órgão ou entidade não participante praticar os atos relativos à gestão e fiscalização contratual, inclusive quanto à aplicação de eventuais penalidades, devendo informar as ocorrências ao órgão ou entidade gerenciadora.

27.12. As aquisições ou contratações adicionais decorrentes de adesões não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, e a soma de todas as adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem.

28. DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

28.1. Os contratos decorrentes desta contratação poderão ser alterados, mediante justificativa e observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021, especialmente o art. 124, nos seguintes casos:

28.2. I – unilateralmente pela Administração:

- a) quando houver modificação das especificações do objeto, para melhor adequação técnica aos objetivos da Administração;
- b) quando for necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos pela legislação vigente.

28.3. II – por acordo entre as partes:

- a) quando conveniente a substituição da garantia de execução, quando exigida;
- b) quando necessária a modificação do regime de execução do serviço ou da forma de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
- c) quando necessária a modificação da forma de pagamento por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado e vedada a antecipação de pagamento sem a correspondente contraprestação;
- d) para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito, fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de riscos estabelecida no contrato.

29. DAS ALTERAÇÕES DE PREÇO

29.1. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, os preços registrados serão fixos, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas de ocorrência das situações previstas na alínea “d” do inciso II do art. 124 da Lei nº 14.133/2021, relativas ao restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, ou ainda em caso de redução dos preços praticados no mercado.

29.2. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato superveniente que eleve o custo dos bens ou serviços registrados.

29.3. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor registrado para negociar a redução do preço registrado.

29.4. Caso o fornecedor registrado não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

29.5. Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 124 da Lei nº 14.133/2021, o Contratante, caso julgue conveniente, poderá optar pelo cancelamento da Ata de Registro de Preços e adotar as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa para a Administração.

30. DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

30.1. A gestão e a fiscalização do contrato serão efetuadas por servidores designados da Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos, em conformidade com o art. 117 da Lei nº 14.133/2021, bem como com os arts. 16 e 17 do Decreto Estadual nº 11.363/2023 e com a Instrução Normativa nº 001/2016 da Controladoria-Geral do Estado do Acre.

30.2. Fiscal do Contrato

30.3. São atribuições do Fiscal do Contrato, sem prejuízo das demais previstas no Manual de Gestão e Fiscalização dos Contratos Administrativos:

30.4. Conhecer o inteiro teor do Edital e seus anexos, da Ata de Registro de Preços, do Instrumento Contratual e de seus eventuais aditivos ou apostilamentos;

30.5. Avaliar a quantidade e a qualidade dos serviços executados ou dos produtos fornecidos;

30.6. Atestar, em documento hábil, o fornecimento dos produtos ou a prestação dos serviços, após conferência prévia do objeto contratado;

30.7. Controlar a efetividade e a qualidade da execução dos serviços, em estrita observância às especificações e normas estabelecidas no contrato e no Termo de Referência, solicitando a correção de eventuais vícios, imperfeições, deficiências ou omissões;

30.8. Acompanhar a entrega dos produtos e serviços contratados, verificando sua quantidade, qualidade e conformidade com as especificações estabelecidas;

30.9. Verificar a conformidade da quantidade, qualidade, acondicionamento e horário de entrega dos alimentos fornecidos, certificando-se de que os serviços de alimentação estejam de acordo com as especificações estabelecidas no Termo de Referência;

30.10. Registrar todas as ocorrências havidas durante a execução do contrato em registro próprio;

30.11. Observar os prazos contratuais para regularização de eventuais falhas e, quando necessário, estabelecer juntamente com o Gestor do Contrato prazo razoável para adoção de medidas corretivas;

30.12. Assegurar-se do cumprimento integral das obrigações contratuais assumidas pela Contratada;

30.13. Apresentar, periodicamente ou quando solicitado, relatório circunstanciado de acompanhamento da execução do contrato, instruído com registros fotográficos e demais documentos probatórios, quando cabível;

30.14. Acompanhar rotineiramente a execução dos serviços contratados, verificando se os produtos fornecidos estão em perfeitas condições e em conformidade com as características pactuadas;

30.15. Atuar em tempo hábil na solução de problemas que possam ocorrer durante a execução contratual, desde que não ultrapassem sua competência;

30.16. Encaminhar ao Gestor do Contrato as questões que ultrapassem suas atribuições;

30.17. Providenciar, sempre por escrito, a obtenção de esclarecimentos ou suporte técnico quando houver dúvidas sobre as providências a serem adotadas;

30.18. Indicar, em nota técnica, a necessidade de eventuais descontos ou glosas a serem realizados em razão de falhas na execução contratual;

30.19. Cientificar o Gestor do Contrato e o Ordenador de Despesas sobre a possibilidade de não conclusão do objeto na data pactuada, apresentando as devidas justificativas;

30.20. Realizar, juntamente com a Contratada, a verificação dos serviços executados antes de atestar as respectivas notas fiscais;

30.21. Reportar-se sempre ao preposto da Contratada, não devendo, em hipótese alguma, dar ordens diretamente aos seus empregados;

30.22. Emitir atestados ou certidões de avaliação dos serviços prestados;

30.23. Controlar a medição dos serviços executados, aprovando apenas os serviços efetivamente realizados;

30.24. Informar ao Gestor do Contrato qualquer irregularidade que deva ser sanada;

30.25. Glosar valores quando houver má execução ou não execução do objeto contratado, sugerindo, quando for o caso, a aplicação de penalidades;

30.26. Representar às autoridades competentes eventuais irregularidades ou atos ilícitos de que tenha conhecimento em razão de suas funções.

30.27. O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou defeitos observados, conforme §1º do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

30.28. **Gestor do Contrato**

30.29. São atribuições do Gestor do Contrato, sem prejuízo das demais previstas no Manual de Gestão e Fiscalização dos Contratos Administrativos:

30.30. Conhecer o inteiro teor do Edital e seus anexos, da Ata de Registro de Preços, do instrumento contratual e de seus eventuais aditivos;

30.31. Gerenciar o Processo Administrativo de Despesa Pública referente à contratação;

30.32. Assegurar o cumprimento integral das obrigações contratuais assumidas, com qualidade e em conformidade com a legislação vigente;

30.33. Solicitar periodicamente ao Fiscal do Contrato relatórios de acompanhamento da execução contratual;

30.34. Atuar em tempo hábil na solução de problemas relacionados à execução contratual que estejam dentro de sua competência;

30.35. Analisar eventuais glosas ou registros efetuados pelo fiscal do contrato e adotar as providências administrativas cabíveis;

30.36. Encaminhar formalmente as demandas à Contratada por meio de ordem de serviço, ordem de fornecimento ou instrumento equivalente;

30.37. Repassar ao Fiscal do Contrato todas as informações e documentos necessários à adequada fiscalização;

30.38. Dar publicidade e manter atualizados os dados do contrato nos sistemas informatizados de gestão contratual e nos meios oficiais de transparência;

30.39. Acompanhar a vigência do instrumento contratual, adotando as providências necessárias para prorrogação, quando cabível e vantajosa, ou para o encerramento da contratação;

30.40. Propor medidas que contribuam para a melhoria da execução do contrato;

30.41. Encaminhar às autoridades competentes as questões que ultrapassem o âmbito de suas atribuições;

30.42. Providenciar, sempre que necessário, a obtenção de esclarecimentos ou suporte técnico;

30.43. Alimentar os sistemas de gestão contratual e o Portal da Transparência com informações relativas à execução do contrato;

30.44. Informar periodicamente ao Ordenador de Despesas acerca das ocorrências relacionadas ao contrato, tais como pedidos de reajuste, prorrogações, alterações contratuais e eventuais irregularidades;

30.45. Obter a formalização da designação do preposto da Contratada;

30.46. Notificar a Contratada, quando necessário, sobre irregularidades verificadas na execução contratual;

30.47. Subsidiar a Administração com relatórios e pareceres técnicos necessários à tomada de decisões relacionadas à execução do contrato.

31. **DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

31.1. Comete infração administrativa nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, a Contratada que:

I - dar causa à inexecução parcial do Contrato;

II - dar causa à inexecução parcial do Contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - dar causa à inexecução total do contrato;

IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato.

31.2. Comete ainda infração administrativa, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, ficando sujeita à sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, conforme art. 156, §5º da mesma lei, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, sem prejuízo das multas previstas no edital e no contrato e das demais cominações legais, a Contratada que:

I - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto;

II - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato

III - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

IV - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

V - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

31.3. As sanções administrativas que poderão ser aplicadas são as seguintes:

- I - Advertência;
- II - Multa;
- III - Impedimento de licitar e contratar;
- IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

31.4. Para efeito do disposto no subitem anterior serão utilizados os critérios e graus de infrações estabelecidos no Art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

31.5. A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se os procedimentos previstos na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto Estadual nº 11.363/2023.

31.6. Na aplicação das sanções, a autoridade competente levará em consideração:

- a) a gravidade da conduta do infrator;
- b) o caráter educativo da penalidade;
- c) os danos causados à Administração;
- d) o princípio da proporcionalidade.

31.7. Serão imediatamente incluídas no Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas da Controladoria Geral da União – CEIS, constante no sítio www.portaltransparencia.gov.br, os fornecedores que forem sancionados com as penalidades de suspensão ou declaração de inidoneidade prevista na Lei nº 14.133/2021.

31.8. Os atos administrativos e aplicação das penalidades serão publicados resumidamente no Diário Oficial do Estado.

32. DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

32.1. Em cumprimento ao disposto no **art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006**, nos lotes cujo valor estimado seja **igual ou inferior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais)** serão destinados **exclusivamente à participação de Microempresas – ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP**.

32.2. O tratamento diferenciado previsto nesta cláusula **somente será aplicado quando houver no mínimo três fornecedores competitivos enquadrados como microempresa ou empresa de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório**, conforme disposto no **art. 49, inciso II, da Lei Complementar nº 123/2006**.

32.3. Não atendidas as condições previstas no dispositivo legal mencionado, o item poderá ser destinado à **ampla participação dos licitantes**, observados os princípios da competitividade, economicidade e vantajosidade para a Administração Pública.

33. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

33.1. A licitante deverá comprovar aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação, mediante apresentação de **Atestado(s) de Capacidade Técnica**, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove(m) que a empresa executou ou executa satisfatoriamente **serviços de fornecimento de alimentação, coffee break, lanches ou refeições**, compatíveis em características com o objeto da presente contratação.

33.2. O(s) atestado(s) deverá(ão) conter, no mínimo:

- a) identificação da pessoa jurídica emitente;
- b) nome do responsável pela emissão;
- c) endereço e telefone para contato;
- d) descrição dos serviços ou fornecimentos realizados.

33.3. A Administração poderá realizar **diligência**, nos termos do art. 64 da Lei nº 14.133 de 2021, para verificar a veracidade das informações prestadas, podendo solicitar documentos complementares, tais como:

- a) cópia de contratos;
- b) notas fiscais;
- c) ordens de fornecimento;
- d) outros documentos que comprovem a execução do objeto atestado.

33.4. A licitante deverá comprovar que possui **condições sanitárias adequadas para manipulação e fornecimento de alimentos**, mediante apresentação de **Licença ou Alvará Sanitário vigente**, emitido pelo órgão de Vigilância Sanitária competente.

33.5. Os produtos fornecidos deverão atender às normas sanitárias vigentes aplicáveis aos serviços de alimentação, especialmente às disposições da **Resolução RDC nº 216/2004**, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, bem como demais normas pertinentes à manipulação e fornecimento de alimentos.

33.6. A empresa licitante deverá comprovar **registro ou inscrição da empresa junto ao Conselho Regional de Nutricionistas**, da região correspondente, bem como a indicação de **Responsável Técnico nutricionista devidamente registrado no respectivo conselho profissional**, nos termos da legislação vigente aplicável aos serviços de alimentação.

34. DA GARANTIA, QUALIDADE E VALIDADE DOS PRODUTOS

34.1. Não será exigida a prestação de garantia contratual prevista no art. 96 da Lei nº 14.133/2021.

34.2. Os alimentos fornecidos deverão estar **dentro do prazo de validade e em perfeitas condições de consumo**, observando rigorosamente as normas sanitárias vigentes.

34.3. Os produtos deverão atender às exigências de qualidade e segurança alimentar estabelecidas pela legislação sanitária, especialmente aquelas previstas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária, incluindo as normas de **Boas Práticas de Manipulação de Alimentos**, conforme a RDC nº 216/2004.

34.4. Os alimentos fornecidos deverão ser preparados, acondicionados, transportados e entregues em **condições higiênico-sanitárias adequadas**, garantindo a integridade, a segurança e a qualidade dos produtos até o momento do consumo.

34.5. Caso sejam identificados produtos em desacordo com as especificações deste Termo de Referência, impróprios para consumo, com indícios de deterioração, contaminação, embalagem violada ou fora do prazo de validade, a Contratada deverá **substituí-los imediatamente**, sem qualquer ônus adicional para o Contratante, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

34.6. Os produtos ofertados deverão observar, ainda, as disposições aplicáveis do Código de Defesa do Consumidor, no que couber.

35. DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

35.1. A extinção do contrato poderá ocorrer nas hipóteses previstas no art. 137 da Lei nº 14.133/2021.

- 35.2. Constituem motivos para extinção do contrato:
- I - o não cumprimento ou o cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;
 - II - o desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;
 - III - a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;
 - IV - a decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;
 - V - caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;
 - VI - razões de interesse público, devidamente justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante.

35.3. A Contratada terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses:

- I - supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no art. 125 da Lei nº 14.133/2021;
- II - suspensão da execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 90 (noventa) dias;
- III - repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações;
- IV - atraso superior a 60 (sessenta) dias nos pagamentos devidos pela Administração decorrentes de obras, serviços ou fornecimentos;
- V - não liberação, por parte da Administração, de área, local ou objeto para execução do contrato nos prazos contratuais.

35.4. As hipóteses de extinção previstas nos incisos II, III e IV do item anterior não serão admitidas em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que o contratado tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído.

35.5. A extinção do contrato poderá ser:

- I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- II - consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
- III - determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

35.6. A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo administrativo.

36. DA SUBCONTRATAÇÃO

36.1. Não será admitida a subcontratação total ou parcial do objeto contratual.

37. DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

37.1. O presente processo administrativo consubstancia-se nas seguintes normas pertinentes ou outras que a substituam, bem como pelas normas e condições estabelecidas no presente instrumento:

Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.	Estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
Decreto Federal nº 11.462, de 31 de março de 2023	Regulamenta os art. 82 a art. 86 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre o sistema de registro de preços - SRP para a contratação de bens e serviços, inclusive obras e serviços de engenharia, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.
Decreto Estadual nº 11.363, de 22 de novembro de 2023	Regulamenta a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito do Estado do Acre.
Decreto Federal nº 11.871, de 29 de dezembro de 2023	Atualiza os valores estabelecidos na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.
Decreto Estadual nº 5.966/2010	Regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas nas contratações de bens, prestação de serviços e execução de obras, no âmbito da Administração Pública estadual direta e indireta.
Lei Complementar nº 123/2006	Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis no 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei no 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar no 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis no 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999.
Lei Complementar nº 139/2011	Altera dispositivos da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006, e dá outras providências.
Lei Complementar nº 147/2014	Altera a Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006, e as Leis nos 5.889, de 8 de junho de 1973, 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, 9.099, de 26 de setembro de 1995, 11.598, de 3 de dezembro de 2007, 8.934, de 18 de novembro de 1994, 10.406, de 10 de janeiro de 2002, e dá outras providências.
Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990	Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.
Resolução RDC nº 216, de 15 de setembro de 2004 – ANVISA	Dispõe sobre Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação.
Portaria nº 1.428, de 26 de novembro de 1993 – Ministério da Saúde	Estabelece diretrizes para inspeção sanitária e controle de qualidade na área de alimentos.

38. DAS DISPOSIÇÃO GERAIS

38.1. Todas as despesas relativas à execução do objeto contratado, tais como mão de obra, transporte, encargos trabalhistas, previdenciários e sociais, tributos, taxas, seguros, embalagens e demais custos necessários ao fiel cumprimento do objeto, correrão integralmente por conta da Contratada.

38.2. As normas que disciplinam o presente procedimento licitatório serão interpretadas em favor da ampliação da competitividade entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

38.3. Aos casos omissos aplicar-se-ão as disposições constantes da Lei nº 14.133/2021 e demais normas legais e regulamentares pertinentes à matéria.

38.4. Para fins de contratação e recebimento de valores junto aos órgãos e entidades do Poder Executivo do Estado do Acre, a empresa vencedora deverá estar cadastrada no Cadastro de Credores do Sistema de Administração Orçamentária, Financeira e Contábil – SAFIRA, da Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ/AC, atendendo a todas as exigências estabelecidas para o referido cadastro, conforme orientações disponíveis no respectivo portal eletrônico.

38.5. Para assinatura dos instrumentos contratuais, a licitante poderá utilizar assinatura eletrônica por meio do Sistema Eletrônico de Informações – SEI. Caso não possua cadastro de usuário externo no referido sistema, deverá providenciá-lo previamente por meio do portal eletrônico do Governo do Estado do Acre.

39. DA VINCULAÇÃO

39.1. A presente contratação vincula-se às disposições constantes deste Termo de Referência, do Edital de Licitação e de seus anexos, bem como à proposta apresentada pelo licitante vencedor, independentemente de transcrição, passando todos esses documentos a integrar o instrumento contratual para todos os fins de direito.

40. DA PUBLICAÇÃO

40.1. A divulgação do contrato e de seus eventuais aditamentos no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP é condição indispensável para sua eficácia, nos termos do art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

40.2. A publicação deverá ocorrer no prazo máximo de **20 (vinte) dias úteis**, contados da data de sua assinatura, em se tratando de contratação decorrente de licitação, sem prejuízo da divulgação no sítio eletrônico oficial do órgão contratante.

41. DOS CASOS OMISSOS

41.1. Os casos omissos serão decididos pela Administração Contratante, aplicando-se o que dispõe a Lei nº 14.133/2021, suas alterações e demais preceitos de direito público, e, supletivamente, os Princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado, conforme art. 92 da Lei nº 14.133/2021 e as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor com suas posteriores alterações e legislação correlata.

42. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

42.1. Das penalidades aplicadas caberá recurso administrativo, dirigido à autoridade superior àquela que proferiu a decisão, no prazo de **03 (três) dias úteis**, contados da data da intimação ou publicação do ato, conforme disposto no art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

42.2. O recurso será processado e decidido na forma prevista na legislação vigente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

43. DO FORO

43.1. Fica eleito o foro da Comarca de Rio Branco, Estado do Acre, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas da execução do Registro de Preços e das contratações dele decorrentes, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Maria Antonia Ferreira Gomes
Equipe de Planejamento

Silviana de Oliveira Abreu Amaral
Diretora de Administração e Finanças- DIAF
Autoridade/Aprovação



Documento assinado eletronicamente por **MARIA ANTONIA FERREIRA GOMES, Cargo Comissionado**, em 18/05/2026, às 14:17, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da [Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **SILVIANA DE OLIVEIRA ABREU AMARAL, Diretor(a)**, em 18/05/2026, às 14:51, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da [Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.sei.ac.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **0020879708** e o código CRC **730AC702**.

Processo nº 0860.012961.00028/2026-11

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº **XX/XXXX**

Validade da Ata: XX meses

Aos **XX** dias do mês de **XXXXXXXX** de 2026, a União, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS – SEASDH**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **[digite aqui o CNPJ]**, com sede na **[digite aqui o endereço completo]**, doravante denominada **CONTRATANTE**, por intermédio do seu **[Cargo do Signatário 1]**, Senhor(a) **[digite aqui o nome]**, **[nacionalidade]**, **[estado civil]**, portador da Carteira de Identidade nº **[digite aqui o número com a Unidade da Federação]** e do CPF nº **[digite aqui o número]**, e do seu **[Cargo do Signatário 2]**, Senhor(a) **[digite aqui o nome]**, **[nacionalidade]**, **[estado civil]**, portador da Carteira de Identidade nº **[digite aqui o número com a Unidade da Federação]**, CPF nº **[digite aqui o número]**,

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 14.133/2021 e Decreto nº 11.363/2023, e as demais normas legais correlatas; e

CONSIDERANDO a classificação das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico para Registro de Preços em epígrafe, conforme Ata publicada em [XX/XX/XXXX](#), homologada pela autoridade competente,

RESOLVE:

REGISTRAR OS PREÇOS para a eventual contratação dos itens a seguir elencados, conforme Cláusulas abaixo e especificações do Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante desta, tendo sido, os referidos preços, oferecidos pela **[DIGITE AQUI O NOME DA EMPRESA]**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **[digite aqui o CNPJ]**, estabelecida à **[digite aqui o endereço completo da empresa]**, neste ato representada pelo Senhor(a) **[digite aqui o nome]**, **[nacionalidade]**, **[estado civil]**, **[profissão]**, portador da Carteira de Identidade nº **[digite aqui o número com a Unidade da Federação]** e do CPF nº **[digite aqui o número]**, cuja proposta foi classificada em primeiro lugar no Grupo **XX** do certame.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Registro de Preços para eventual e futura contratação de empresa especializada na prestação de serviços comuns de fornecimento de alimentação preparada, organizada por lotes, compreendendo café da manhã, almoço, jantar, kit lanche, coffee break, serviços do tipo SELF SERVICE e marmiteix, visando atender às demandas e eventos da Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos – SEASDH., conforme especificações e quantidades discriminadas neste Termo de Referência.

LOTE I - ALIMENTAÇÃO (MUNICÍPIO DE RIO BRANCO)						
Item	Descrição	Unidade	Quantidade para Registro	Quantidade para Consumo	Valor Média	Valor Total
1	CAFÉ DA MANHÃ , composto de: Café com leite ou achocolatado com leite (180 ml). 1 pão (francês, forma, massa fina, com margarina, queijo ou ovo mexido, 01 (uma) fruta banana ou maçã.	Unidade	20.000	12.000	xxxx	xxxx
2	MARMITEX (ALMOÇO/JANTAR), (COMPOSIÇÃO MÍNIMA): Quantidade mínima de 850g, sendo: 200g de arroz, 150g de feijão, 150g de carne, opções: bovina sendo de 1ª sem osso (patinho, alcatra, coxão mole e coxão duro), ou 150g de frango desossado, ou 150g de peixe, 200g de acompanhamento (macarrão, mandioca, farofa ou purê de batata). 150g de salada podendo ser crua ou cozida. Acondicionada em embalagem descartável com divisória e colher descartável para o almoço e jantar. Obs: Ressalta-se que os talheres descartáveis de qualidade (garfo e faca) deverão estar inclusos no preço do item.	Unidade	25.000	20.000	xxxx	xxxx
3	KIT LANCHE - I 01 (um) salgado assado de forno (grande), ou 01 (uma) Pizza tamanho individual (sabor a escolha) ou 01 (uma) torta de frango ou carne, 1 (uma) fatia de bolo de milho ou trigo ou mandioca e 01 (um) suco natural acondicionado em embalagem de 400 ml. (sabor maracujá, ou açaí, ou goiaba, ou caju). <i>Obs. Empresa poderá sugerir outros sabores de suco.</i>	Unidade	5.000	2.000	xxxx	xxxx
VALOR TOTAL LOTE I						xxxx
LOTE II - COFFEE BREAK (MUNICÍPIO DE RIO BRANCO)						

Item	Descrição	Unidade	Quantidade para Registro	Quantidade para Consumo	Valor Média	Valor Total
4	COFFEE BREAK I Café sem açúcar (servir açúcar e adoçante separadamente); Leite, leite achocolatado quente; Água mineral, água de côco; Suco de frutas - sabores variados (mínimo de três) - sugestões: laranja, acerola, graviola, abacaxi, cupuaçu, maracujá, suco verde, mamão c/ laranja, etc.; Salada de frutas (creme de leite e leite condensado separadamente); Granola, aveia em flocos; Iogurte sugestões: morango, aveia, mel, etc.; Biscoito salgado (integral/outras), doce (maisena, leite/outras), torradas; Pães - francês, de forma (normal e integral) de queijo, brioches; Pão de milho no leite da castanha; Tapioca; Bolos de mandioca, mesclado de chocolate, laranja, milho, etc.; Sanduíches– sugestões: misto quente, natural, de metro; Frios - presunto, peito de peru, queijos (mussarela, prato e outros); Manteiga, margarina, requeijão cremoso, geléia (morango, goiaba, etc.); Banana (comprida) frita (com açúcar e canela); Frutas frescas variadas e fatiadas quando for o caso (mínimo de três) sugestões: melão, uvas, mamão, pêra, maçã, manga, abacaxi, banana prata, melancia, etc.	Unidade	10.000	5.000	xxxx	xxxx
5	COFFEE BREAK II Salgados Fritos: COM OPÇÃO DE ESCOLHA DE 02 TIPOS: Coxinha de frango, Risoles com recheio de carne, queijo ou palmito, Kibes, COFFEE BREAK II Salgados Fritos: COM OPÇÃO DE ESCOLHA DE 02 TIPOS DE SALGADOS FRITOS: Coxinha de frango, Risoles com recheio de carne, queijo ou palmito, Kibes, Bolinha de queijo, Pastéis com recheio de carne ou frango, Croquete de carne. Salgados Assados: COM OPÇÃO DE ESCOLHA DE 03 TIPOS DE SALGADOS ASSADOS: Mini saltenha regionais, Esfiha de carne, Mini Calzone com recheio de frango, palmito ou queijo, Empadinha com recheio de frango ou camarão, Tortinha de atum, Mini-pão de batata com calabresa Bolo: COM OPÇÃO DE ESCOLHA DE 02 TIPOS DE BOLO. Inglês, limão, chocolate, cenoura, côco, tapioca, milho Bebidas: Refrigerantes diet, light e normal, Água mineral com gás e sem gás em garrafas descartáveis, de 500ml, Até 04 tipos de suco natural (a escolher).	Unidade	10.000	5.000	xxxx	xxxx
6	COFFEE BREAK III no mínimo: 03 tipos de salgados, 03 tipos de doces, pão francês, queijo, presunto, manteiga e/ou margarina, leite, café, achocolatado, suco natural.	Unidade	10.000	5.000	xxxx	xxxx
7	REFEIÇÃO SELF SERVICE: Almoço/jantar, Cardápio: entrada (02 tipos), arroz (02 tipos), carne branca ou vermelha (02 tipos), leguminosas (02 tipos), massa (01 tipo), salada (03 tipos), sobremesa (02 tipos), suco copo de 300ml ou refrigerante lata 350ml (01 tipo). (Município de Rio Branco)	Unidade	5.000	2.500	xxxx	xxxx
VALOR TOTAL LOTE II						

LOTE III - ALIMENTAÇÃO (MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO SUL)

Item	Descrição	Unidade	Quantidade para Registro	Quantidade para Consumo	Valor Média	Valor Total
8	CAFÉ DA MANHÃ , composto de: Café com leite ou achocolatado com leite (180 ml). 1 pão (francês, forma, massa fina, com margarina, queijo ou ovo mexido, 01 (uma) fruta banana ou maçã.	Unidade	15.000	10.000	xxxx	xxxx

9	MARMITEX (ALMOÇO/JANTAR), (COMPOSIÇÃO MÍNIMA): Quantidade mínima de 850g, sendo: 200g de arroz, 150g de feijão, 150g de carne, opções: bovina sendo de 1ª sem osso (patinho, alcatra, coxão mole e coxão duro), ou 150g de frango desossado, ou 150g de peixe, 200g de acompanhamento (macarrão, mandioca, farofa ou purê de batata). 150g de salada podendo ser crua ou cozida. Acondicionada em embalagem descartável com divisória e colher descartável para o almoço e jantar. Obs: Ressalta-se que os talheres descartáveis de qualidade (garfo e faca) deverão estar inclusos no preço do item.	Unidade	22.000	20.000	xxxx	xxxx
10	KIT LANCHE - I 01 (um) salgado assado de forno (grande), ou 01 (uma) Pizza tamanho individual (sabor a escolha) ou 01 (uma) torta de frango ou carne, 1 (uma) fatia de bolo de milho ou trigo ou mandioca e 01 (um) suco natural acondicionado em embalagem de 400 ml. (sabor maracujá, ou açaí, ou goiaba, ou caju). <i>Obs. Empresa poderá sugerir outros sabores de suco.</i>	Unidade	2.000	1.000	xxxx	xxxx

VALOR TOTAL LOTE III						xxxx
----------------------	--	--	--	--	--	------

LOTE IV - COFFEE BREAK E SELF SERVICE (MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO SUL)

Item	Descrição	Unidade	Quantidade para Registro	Quantidade para Consumo	Valor Média	Valor Total
11	COFFEE BREAK I - MATUTINO 1. Café sem açúcar (servir açúcar e adoçante separadamente); Leite, leite achocolatado quente; Suco de frutas - sabores variados (mínimo de três) - sugestões: laranja, acerola, graviola, abacaxi, cupuaçu, maracujá, suco verde, mamão c/ laranja, etc.; 2. Mingau de banana (200ml por pessoa), Mingau de tapioca (200ml por pessoa); 3. Salada de frutas (creme de leite e leite condensado separadamente); Granola, aveia em flocos; Iogurte - sugestões: morango, aveia, mel, etc.; 4. Biscoito salgado (integral/outras), doce (maisena, leite/outras), torradas; 5. Pães - francês, de forma (normal e integral) de queijo, brioches; 6. Pão de milho no leite da castanha; Tapioca; 7. Bolos de mandioca, mesclado de chocolate, laranja, milho, etc.; 8. Sanduíches – sugestões: misto quente, natural, de metro; 9. Frios - presunto, peito de peru, queijos (mussarela, prato e outros); 10. Manteiga, margarina, requeijão cremoso, geleia (morango, goiaba, etc.); 11. Banana (comprida) frita (com açúcar e canela) ou banana cozida; 12. Frutas frescas variadas e fatiadas quando for o caso (mínimo de três) - sugestões: melão, uvas, mamão, pera, maçã, manga, abacaxi, banana prata, melancia, etc. Observação: - Pratos, garfos, facas, colheres, e o necessário, em vidro e louça; - Guardanapos de papel; - Serviço de garçons; - Bandejas de boa apresentação.	Unidade	2.000	1.000	xxxx	xxxx
12	COFFEE BREAK II - VESPERTINO 1. Água mineral, água de coco, refrigerantes - coca-cola e guaraná (normal e diet). Sucos naturais (mínimo	Unidade	2.000	1.000	xxxx	xxxx

	três sabores). Sugestões: laranja, acerola, graviola, abacaxi, cupuaçu, maracujá, suco verde, abacaxi com hortelã, etc; 2. Pães - queijo, brioches, croissant (doce e salgado); 3. Sanduíches - naturais delicados, pão de metro; 4. Salgadinho assados variados a escolher (mínimo de três qualidades); 5. Mini quiches e empadas sabores variados a escolher (mínimo três tipos); 6. Bolo comum, banana (comprida) frita com canela e açúcar. Observação: - Pratos, garfos, facas, colheres, e o necessário, em vidro e louça; - Guardanapos de papel; - Serviço de garçons; - Bandejas de boa apresentação.					
13	REFEIÇÃO SELF SERVICE: Almoço/jantar, Cardápio: entrada (02 tipos), arroz (02 tipos), carne branca ou vermelha (02 tipos), leguminosas (02 tipos), massa (01 tipo), salada (03 tipos), sobremesa (02 tipos), suco copo de 300ml ou refrigerante lata 350ml (01 tipo). (Município de Cruzeiro do Sul)	Unidade	500	250	xxxx	xxxx
VALOR TOTAL LOTE IV						xxxx
VALOR TOTAL DOS LOTES						xxxx

2. CLÁUSULA SEGUNDA– DA RELAÇÃO DOS FORNECEDORES BENEFICIÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS
- 2.1. Em decorrência das propostas e lances apresentados e homologados no certame licitatório, ficam registrados, para contratações futuras, os preços unitários e respectivos fornecedores classificados, conforme Relação dos Fornecedores Beneficiários do Registro de Preços, desta Ata.

2.3. Os fornecedores registrados para formação de cadastro de reserva só se beneficiarão deste Registro de Preços no caso de exclusão do primeiro colocado da Ata, nas hipóteses previstas nos artigos 20 e 21 do Decreto nº 7.892/2013 (§ 1º do art. 11 do Decreto nº 7.892/2013).
3. CLÁUSULA TERCEIRA - DA VALIDADE DA ATA
- 3.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contados a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

3.2. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

3.3. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital ou no aviso de contratação direta* e se obrigar nos limites dela;

3.4. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

3.5. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

3.6. Mantiverem sua proposta original.

3.7. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
4. CLÁUSULA QUARTA – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
- 4.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de **01 (um) ano**, contado da data da sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovada a vantajosidade do preço, conforme estabelecido no art. 325 do Decreto Estadual nº 11.363/2023 e art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

4.2. A licitante vencedora deverá comparecer para firmar a **Ata de Registro de Preços**, no prazo de até **02 (dois) dias úteis**, contados da data da convocação.

4.3. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, a Contratante não estará obrigada a contratar os serviços ou adquirir os produtos objeto desta Ata exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo realizar nova licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie ao fornecedor registrado, sendo, entretanto, assegurada aos beneficiários do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

4.4. A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, o fornecedor assume o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados pela Administração e se obriga a cumprir integralmente todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades legalmente cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

4.5. A contratação decorrente desta Ata será formalizada mediante contrato administrativo ou documento equivalente, conforme previsto na legislação aplicável.

4.6. Mediante a retirada da Nota de Empenho, Autorização de Fornecimento ou Ordem de Serviço, ficará caracterizado o compromisso de execução do objeto contratado.

4.7. A Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada, durante sua vigência, por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, inclusive empresas estatais que não figurem no rol de órgãos e entidades participantes, mediante anuência expressa do órgão ou entidade gerenciadora e da detentora da ata, observados os limites previstos no art. 336 do Decreto Estadual nº 11.363/2023.

4.8. O pedido de adesão por órgão ou entidade não participante será analisado pelo órgão ou entidade gerenciadora, que se manifestará quanto à possibilidade de adesão, desde que não haja prejuízo às obrigações presentes e futuras decorrentes da ata de registro de preços, indicando as possíveis detentoras e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

4.9. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora somente será concedida após a aceitação da adesão pelo fornecedor registrado.

4.10. A adesão deverá ser efetivada em até 90 (noventa) dias, contados da autorização, admitida a prorrogação excepcional e devidamente justificada desse prazo, mediante anuência da detentora da ata, desde que observado o prazo de vigência da ata de registro de preços.

4.11. Competirá ao órgão ou entidade não participante praticar os atos relativos à gestão e fiscalização contratual, inclusive quanto à aplicação de eventuais penalidades, devendo informar as ocorrências ao órgão ou entidade gerenciadora.

4.12. As aquisições ou contratações adicionais decorrentes de adesões não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, e a soma de todas as adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem.

5. **CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA DOS CONTRATOS DECORRENTES DA ATA**

- 5.1. O prazo de vigência do contrato ficará adstrito à vigência do respectivo crédito orçamentário.
- 5.2. O Termo de contrato terá como termo inicial de vigência a data de sua assinatura, e sua duração ficará adstrita à vigência do respectivo crédito orçamentário.
- 5.3. No período de vigência do Contrato estão incluídos todos os prazos necessários à perfeita execução do objeto nos termos pactuados entre as partes, ressalvados os casos referentes às garantias do objeto, que extrapolam o referido prazo de vigência.

6. **CLÁUSULA SEXTA - DA EFICÁCIA**

- 6.1. A eficácia do contrato estará condicionada à publicação do seu extrato no Diário Oficial do Estado do Acre.
- 6.2. A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos e deverá ocorrer nos seguintes prazos, contados da data de sua assinatura:
- 6.3. 20 (vinte) dias úteis, no caso de licitação;
- 6.4. 10 (dez) dias úteis, no caso de contratação direta.

7. **CLÁUSULA SÉTIMA – DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

- 7.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
 - 7.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
 - 7.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
 - 7.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
 - 7.1.4. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
 - 7.1.5. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

8. **CLÁUSULA OITAVA – DO REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES PREVISTAS PARA OS ITENS COM PREÇOS REGISTRADOS**

- 8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
- 8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:
- 8.3. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
- 8.4. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
- 8.5. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
- 8.6. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.
- 8.7. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
- 8.8. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
- 8.9. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento

9. **CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS**

- 9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
 - 9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
 - 9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
 - 9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
 - 9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.1.5. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
- 9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 12.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
- 9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
- 9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
 - 9.4.1. Por razão de interesse público;
 - 9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
 - 9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. **CLÁUSULA DÉCIMA DAS CONDIÇÕES PARA O ACEITE DA NOTA DE EMPENHO**

- 10.1. As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.
- 10.2. Para cada fornecimento, a contratação formalizar-se-á mediante emissão de nota de empenho em nome da licitante que tenha firmado esta Ata de Registro de Preços e o titular do órgão ou entidade CONTRATANTE.
- 10.3. A licitante vencedora receberá, por escrito (e-mail ou fax), cópia da Nota de Empenho, para no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação, promover o aceite, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.
- 10.4. O prazo de convocação poderá ser prorrogado, uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo licitante vencedor, por escrito, durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela CONTRATANTE.
- 10.5. Em cada fornecimento decorrente desta Ata serão observadas, quanto ao preço unitário, as cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão que a precedeu e que integra o presente instrumento de compromisso.
- 10.6. A emissão da Nota de Empenho decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

11. **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO PREÇO**

- 11.1. O preço consignado no contrato será o registrado nesta Ata, conforme registrado no resultado do Pregão Eletrônico.

12. **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 12.1. Assinar o termo de contrato no prazo de até **05 (cinco) dias úteis**, contados da convocação, nos termos do art. 90 da **Lei nº 14.133 de 2021**, sob pena de aplicação das sanções cabíveis em caso de recusa injustificada.
- 12.2. Executar o objeto contratado em estrita conformidade com as especificações constantes no Edital, neste Termo de Referência e na proposta apresentada.
- 12.3. Assumir integral responsabilidade pela qualidade, preparo, acondicionamento, transporte e entrega dos alimentos, garantindo que os produtos fornecidos estejam em perfeitas condições de consumo.
- 12.4. Utilizar matéria-prima de primeira qualidade, dentro do prazo de validade e em conformidade com as normas sanitárias vigentes.
- 12.5. Cumprir integralmente as normas sanitárias aplicáveis ao preparo e fornecimento de alimentos, especialmente aquelas estabelecidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária.
- 12.6. Assegurar que a manipulação, preparo, acondicionamento e transporte dos alimentos observem as boas práticas de manipulação de alimentos previstas na Resolução RDC nº 216 de 2004.
- 12.7. Garantir que os alimentos sejam transportados em condições adequadas de higiene, temperatura e acondicionamento, preservando suas características e evitando contaminações.
- 12.8. Substituir, às suas expensas, no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas**, os produtos entregues que apresentarem:
- a) deterioração;
 - b) inadequação ao consumo;
 - c) descumprimento das especificações;
 - d) embalagens danificadas;
 - e) irregularidades sanitárias.
- 12.9. Atender prontamente às reclamações apresentadas pela Administração quanto à qualidade dos produtos fornecidos.
- 12.10. Os produtos fornecidos deverão atender às normas sanitárias vigentes aplicáveis aos serviços de alimentação, especialmente às disposições da **Resolução RDC nº 216/2004**, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, bem como demais normas pertinentes à manipulação e fornecimento de alimentos.
- 12.11. Comunicar ao Contratante, **com antecedência mínima de 02 (dois) dias úteis**, quaisquer motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo de entrega, apresentando as devidas justificativas.
- 12.12. Responsabilizar-se integralmente por **todas as despesas decorrentes da execução do objeto**, inclusive transporte, embalagem, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais.
- 12.13. Designar **preposto** para representá-la durante toda a execução contratual, com poderes para tratar de assuntos relacionados à execução do contrato.
- 12.14. Permitir e facilitar a **fiscalização da Administração**, prestando todas as informações solicitadas.
- 12.15. Manter durante toda a execução do contrato **todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação**, conforme disposto no art. 92 da **Lei nº 14.133 de 2021**.
- 12.16. Responder civil e penalmente por quaisquer danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato.
- 12.17. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto fornecido, nos termos da **Lei nº 8.078 de 1990** e do **Código Civil Brasileiro**.
- 12.18. Respeitar as normas de segurança e acesso às dependências da Administração, mantendo seus empregados devidamente identificados.
- 12.19. Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto contratado **sem autorização expressa da Administração**.
- 12.20. Responsabilizar-se integralmente por eventuais **danos à saúde decorrentes de falhas na manipulação ou fornecimento de alimentos**, sem prejuízo das sanções administrativas e legais cabíveis.
- 12.21. A Contratada será integralmente responsável pela qualidade sanitária dos alimentos fornecidos, devendo assegurar que todos os produtos utilizados no preparo e fornecimento das refeições e coffee breaks estejam próprios para consumo humano, dentro do prazo de validade e em conformidade com as normas sanitárias vigentes, inclusive em casos de intoxicação alimentar.
- 12.22. Apresentar **nota fiscal/fatura** acompanhada da comprovação de regularidade fiscal e trabalhista para fins de pagamento.

13. **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

- 13.1. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, por meio de servidor ou comissão especialmente designada, na forma do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.
- 13.2. Aplicar as sanções administrativas quando se fizerem necessárias, nos casos de descumprimento das obrigações contratuais.
- 13.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas nos produtos ou serviços fornecidos, para que sejam substituídos ou corrigidos.
- 13.4. Comunicar oficialmente à Contratada quaisquer falhas verificadas no cumprimento do contrato.
- 13.5. Comunicar formalmente à Contratada, por meio de correspondências ou instrumentos contratuais, sempre que houver alterações ou informações que possam modificar itens do contrato originalmente pactuados.

- 13.6. Conduzir os procedimentos relativos a eventuais negociações de preços contratados e à aplicação de penalidades por descumprimento das obrigações assumidas.
- 13.7. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos.
- 13.8. Disponibilizar, mensalmente, em seu sítio eletrônico oficial, a ordem cronológica de seus pagamentos, bem como as justificativas que fundamentarem eventual alteração dessa ordem.
- 13.9. Liberar, no prazo previsto para pagamento, a parcela incontroversa, no caso de controvérsia sobre a execução do objeto quanto à dimensão, qualidade ou quantidade.
- 13.10. Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.
- 13.11. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do contrato, em especial quanto à aplicação de sanções, alterações e reajustes contratuais.
- 13.12. Não direcionar a contratação de pessoas para trabalhar na empresa contratada.
- 13.13. Permitir o acesso dos empregados da Contratada às dependências do Contratante, quando necessário, para a entrega, organização e execução dos serviços de alimentação contratados.
- 13.14. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante ou preposto da Contratada.
- 13.15. Proceder ao recebimento do objeto contratado, atestar as respectivas notas fiscais e realizar a liquidação e o pagamento dos serviços prestados.
- 13.16. Recusar, mediante justificativa, os produtos ou serviços entregues em desacordo com as especificações constantes no Edital e na proposta da Contratada.
- 13.17. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos produtos recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.
- 13.18. Verificar a regularidade da Contratada junto ao Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores do Governo do Estado do Acre – CADUF, antes de cada pagamento.
- 13.19. Verificar, por ocasião do pagamento, a regularidade da Contratada junto à Seguridade Social, Caixa Econômica Federal (FGTS), Justiça do Trabalho, Receita Federal, Fazenda Estadual, Dívida Ativa e Prefeitura Municipal.
- 14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO**
- 14.1. LOCAL DE ENTREGA:**
- 14.2.1. Os serviços de fornecimento de alimentação serão prestados de forma parcelada, nos endereços das unidades integrantes da estrutura da SEASDH nos municípios de Rio Branco e Cruzeiro do Sul, conforme a divisão dos lotes.
- 14.3. PRAZO PARA ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO E RECEBIMENTO:**
- 14.4. O fornecimento dos serviços de alimentação (coffee break e/ou refeições) será realizado de forma parcelada, conforme a necessidade da Administração, mediante emissão de Ordem de Fornecimento ou solicitação formal do Contratante.
- 14.5. A solicitação será encaminhada à contratada com antecedência mínima de **48 (quarenta e oito)** horas, devendo constar as informações relativas à data, horário, local de realização do evento e quantitativo estimado de participantes.
- 14.6. A contratada deverá realizar a entrega e disponibilização dos alimentos no local indicado pelo Contratante, no horário previamente estabelecido, garantindo que os produtos sejam fornecidos em condições adequadas de higiene, conservação e temperatura, conforme as normas sanitárias vigentes.
- 14.7. Apenas serão aceitos os itens fornecidos conforme as especificações descritas no objeto deste Termo.
- 14.8. As aquisições dos produtos serão feitas de acordo com a necessidade e conveniência **da Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos (SEASDH)**
- 14.9. Os documentos citados serão, preferencialmente, encaminhados via e-mail, para o endereço eletrônico indicado pelo fornecedor, que deverá confirmar o recebimento no prazo de até 02 (dois) dias úteis do envio. Reputar-se-á entregue e recebido, o e-mail que não tiver confirmação de recebimento, findo o prazo de três dias úteis, e não houver informação de erro de entrega pelo servidor de e-mail.
- 14.10. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do fornecedor registrado e aceita pela Divisão de Material e Patrimônio.
- 14.11. O prazo para entrega começará a contar no dia imediatamente posterior ao último dia útil fixado no subitem anterior.
- 14.12. Caberá ao setor responsável pelo recebimento do material monitorar o prazo de entrega e, se assim entender, notificar a empresa sobre a proximidade de encerramento do prazo de entrega.
- 14.13. O fornecedor deverá estar legalmente estabelecido e explorar ramo de atividade pertinente e compatível com o objeto desta contratação.
- 14.14. Condições de entrega:**
- 14.15. Os alimentos deverão ser entregues **no local, data e horário estabelecidos na Ordem de Fornecimento**, devidamente acondicionados em recipientes apropriados que garantam a manutenção das condições adequadas de higiene, conservação e temperatura dos produtos até o momento do consumo.
- 14.16. A contratada deverá observar as **normas sanitárias vigentes**, especialmente aquelas relacionadas à manipulação, preparo, armazenamento, transporte e distribuição de alimentos, devendo garantir a qualidade e segurança alimentar dos produtos fornecidos.
- 14.17. Quando solicitado pela Administração, a contratada deverá providenciar:
- a) montagem de mesas ou pontos de distribuição dos alimentos;
 - b) disponibilização de utensílios, recipientes e guardanapos necessários ao consumo;
 - c) organização dos alimentos de forma adequada para atendimento aos participantes do evento.
- 14.18. Recebimento dos serviços:**
- 14.19. O recebimento dos serviços será realizado por **servidor designado como fiscal do contrato ou por seu substituto formalmente indicado**, que acompanhará a execução do fornecimento e verificará a conformidade dos serviços prestados com as especificações estabelecidas no Termo de Referência e na Ordem de Fornecimento.
- 14.20. O recebimento ocorrerá **no momento da entrega e disponibilização dos alimentos no local do evento**, mediante verificação das seguintes condições:
- a) atendimento ao quantitativo solicitado pela Administração;
 - b) qualidade, apresentação e adequação dos alimentos fornecidos;
 - c) cumprimento do horário e local de entrega estabelecidos;

d) condições adequadas de acondicionamento, higiene e conservação dos alimentos;

e) conformidade com as especificações do cardápio ou composição mínima estabelecida neste Termo de Referência.

14.21. **Critérios de aceitação:**

14.22. Os serviços serão considerados aceitos quando atenderem integralmente às especificações estabelecidas neste Termo de Referência, bem como às condições estabelecidas na Ordem de Fornecimento emitida pela Administração.

14.23. A aceitação do serviço não exclui a responsabilidade da contratada quanto à qualidade dos alimentos fornecidos, nem a obrigação de reparar eventuais falhas verificadas durante a execução contratual.

14.24. **Rejeição do fornecimento:**

14.25. Os alimentos ou serviços que apresentarem desconformidade com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência poderão ser **rejeitados, no todo ou em parte**, cabendo à contratada providenciar a **substituição ou regularização do fornecimento**, sem ônus adicional para a Administração.

14.26. Na ocorrência de irregularidades no fornecimento, a Administração poderá registrar a ocorrência em relatório de fiscalização, notificando a contratada para adoção das providências necessárias, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas na legislação vigente e no instrumento contratual.

15. **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO PAGAMENTO**

15.1. O pagamento dos bens efetivamente entregues será efetuado à empresa contratada no prazo máximo de até 30 (trinta) dias úteis, contados do recebimento do documento fiscal, compreendido nesse período a fase de ateste deste – o qual conterá o endereço, o CNPJ, os números do Banco, da Agência e da Conta Corrente da Empresa contratada, o número da Nota de Empenho e a descrição clara do objeto – em moeda corrente nacional, de acordo com as condições.

15.2. A emissão da ordem bancária será efetivada após o documento fiscal ser conferido, aceito e atestado por servidor responsável, caracterizando o recebimento definitivo, e ter sido verificada a regularidade da Empresa contratada, mediante consulta on-line ao Sistema Unificado de Cadastro de Fornecedores (SICAF), ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa disponível no Portal do CNJ e à Certidão Negativa (ou Positiva com efeito de Negativa) de Débitos Trabalhistas (CNDT), para comprovação, dentre outras coisas, do devido recolhimento das contribuições sociais (FGTS e Previdência Social) e demais tributos estaduais, federais e municipais, conforme cada caso.

15.3. Após apresentação da fatura/nota fiscal devidamente atestada, deverá conter os documentos de regularidade fiscal, trabalhista, previdenciária, dentre outros, abaixo descritos, que são condição não de pagamento, mas de manutenção da condição de habilitado a fornecer para o Estado do Acre:

I - Certidão Negativa de Débito Municipal;

II - Certidão Negativa de Débito Estadual emitido pela Secretaria de Estado da Fazenda - SEFAZ (pessoa física e jurídica) e pela Procuradoria Geral do Estado - PGE (pessoa jurídica);

III - Certidão Conjunta Negativa da Fazenda Federal (compreendendo certidão unificada da dívida ativa da união, quitação de tributos federais e quitação de contribuições previdenciárias);

IV - Certidão Negativa de Débito do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;

V - Certidão Negativa de Débito Trabalhista;

VI - Certidão de Distribuição para Fins Gerais - Justiça Estadual;

VII - Certidão de Distribuição para Fins Gerais - Justiça Federal e;

VIII - Outros documentos que se fizerem necessários para comprovação de regularidade da contratada.

15.4. O documento fiscal deverá ser emitido em nome da:

a) Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos - SEASDH, localizada na Avenida Nações Unidas nº 2.731, bairro: Estação Experimental, cidade de Rio Branco/Acre – CEP. 69.918- 172.

b) CNPJ nº 33.863.850/0001-72, devendo constar no corpo da nota fiscal/fatura o número do contrato e do empenho.

15.5. A empresa contratada deve apresentar o documento fiscal de fornecimento, emitido e entregue ao fiscal do contrato, para fins de liquidação e pagamento.

15.6. Na ocorrência de rejeição do documento fiscal motivado por erro ou incorreções, o mesmo será devolvido à empresa contratada para retificação e reapresentação, acrescendo-se, no prazo fixado para pagamento, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.

15.7. Nos casos de eventuais atrasos injustificados de pagamento, desde que a Empresa contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Administração contratante, desde a data limite fixada para pagamento até a data do efetivo pagamento, será a seguinte:

$EM = N \times VP \times I / 365$), onde:

EM = Encargos moratórios a serem pagos pelo atraso de pagamento;

N = Número de dias de atraso contados entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso; e

I = IPCA anual acumulado (Índice de Preços ao Consumidor Ampliado do IBGE) / 100.

15.8. Os documentos de cobrança deverão ser entregues pela empresa contratada, na sede da SEASDH, para o Fiscal do Contrato, no horário de expediente do Contratante, ou por e-mail a ser informado quando da assinatura do contrato.

15.9. Em nenhuma hipótese será efetuado pagamento de documento fiscal com o número do CNPJ/MF diferente do que foi apresentado na proposta de preços, mesmo que sejam empresas consideradas matriz e filial ou vice-versa, ou pertencentes ao mesmo grupo ou conglomerado.

15.10. Não será realizado qualquer tipo de pagamento através de boleto bancário ou por outro meio diferente do previsto no Contrato.

15.11. A Administração contratante, no momento do pagamento, providenciará as devidas retenções tributárias, nos termos da legislação vigente, exceto nos casos em que a empresa contratada comprovar, na forma prevista em lei, não lhe serem aplicáveis tais retenções.

15.12. Caso a empresa contratada seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das ME e EPP – SIMPLES, desde que não haja vedação legal para tal opção em razão do objeto executado, deverá apresentar, juntamente com o documento fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

15.13. **Antecipação de pagamento**

a) Não haverá a antecipação de pagamento por qualquer solicitação de fornecimento ou prestação de serviços indicados neste Termo de Referência.

16. **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS PENALIDADES**

16.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas *no edital*.

16.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

16.3. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

16.4. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

17. **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – CONDIÇÕES GERAIS**

17.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL


18. **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO**

18.1. Fica eleito o foro da Seção Judiciária da Comarca de Rio Branco - Acre, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Contrato, com exclusão de qualquer outro.

E, para firmeza e prova de assim haverem, entre si, ajustado e acordado, após ter sido lido juntamente com seu(s) anexo(s), o presente Contrato é assinado eletronicamente pelas partes.

JOÃO PAULO SILVA E SILVA
Secretário de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos - SEASDH
DECRETO Nº 13.325-P, DE 8 DE ABRIL DE 2026

FORNECEDOR
KKKKKKKKKKKKKKKKKKKKKKKKKKKK

 Documento assinado eletronicamente por **PRISCILA CASTRO VIDAL**, Cargo **Comissionado**, em 14/05/2026, às 12:27, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da [Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018](#).

 A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.sei.ac.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **0020833558** e o código CRC **52594A05**.

ENCARTE I

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XXXX/2026
PROCESSO Nº 0860.012961.00028/2026-11
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS N.º XXXX/2026
VALIDADE: 12 (DOZE) MESES, A CONTAR DA SUA ASSINATURA

PRESTADOR DE SERVIÇOS/PREÇOS REGISTRADOS POR OCASIÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS N.º XXXX/2026 - SELIC

1. Empresa: XXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ sob nº XXXXXXXXXXX, Inscrição Estadual nº XXXXXXXXXXX, com sede na XXXXX, nº XXXXX, Bairro XXXXX, CEP: XXXXX, município de XXXXX/XX, aqui representada por XXXXXXXXXXXXXXXX, brasileiro, empresário, inscrito no CPF nº XXXXX, portador do RG nº XXXXX, residente e domiciliado na XXXXX, nº XXXXX, Bairro XXXXX, CEP: XXXXX, município de XXXXX/XX.

EMP: XXXXXXXXXXXXXXXX / CNPJ: XXXXXXXXXXXXXXXX / FONE: XXXXXXXXXXXX / E-mail: XXXXXXXXXXXX					
LOTE I - ALIMENTAÇÃO (MUNICÍPIO DE RIO BRANCO)					
Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
xxx	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXX	XXXXXXXX	XXXXXX	XXXXXXXX
VALOR DO LOTE XXXXX					XXXXXXXX

EMP: XXXXXXXXXXXXXXXX / CNPJ: XXXXXXXXXXXXXXXX / FONE: XXXXXXXXXXXX / E-mail: XXXXXXXXXXXX					
LOTE II - COFFEE BREAK (MUNICÍPIO DE RIO BRANCO)					
Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
xxx	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXX	XXXXXXXX	XXXXXX	XXXXXXXX
VALOR DO LOTE XXXXX					XXXXXXXX

EMP: XXXXXXXXXXXXXXXX / CNPJ: XXXXXXXXXXXXXXXX / FONE: XXXXXXXXXXXX / E-mail: XXXXXXXXXXXX					
LOTE III - SELF SERVICE (MUNICÍPIO DE RIO BRANCO)					
Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total

XXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXX	XXXXXXX	XXXXXX	XXXXXXX
VALOR DO LOTE XXXXX					XXXXXXX

EMP: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX / CNPJ: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX / FONE: XXXXXXXXXXXX / E-mail: XXXXXXXXXXXX					
LOTE IV - ALIMENTAÇÃO (MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO SUL)					
Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
XXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXX	XXXXXXX	XXXXXX	XXXXXXX
VALOR DO LOTE XXXXX					XXXXXXX

XXXXXXXXXXXXX
ÓRGÃO GESTOR

XXXXXXXXXXXXX
FORNECEDOR

ANEXO III DO EDITAL - MINUTA DO CONTRATO

MINUTA DE CONTRATO nº 74/2026/SEASDH - DIVCOMP

Unidade Gestora: [digite aqui a sigla da unidade gestora]

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO PREPARADA DE QUE CELEBRAM ENTRE SI A SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS E A [DIGITE AQUI O NOME DA EMPRESA].

A SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTENCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS – SEASDH, inscrita no CNPJ/MF sob o nº [digite aqui o CNPJ], com sede no(a) xxxxxxxxxxxxxx, na cidade de xxxxxxxx /Estado xxxxxxxx, neste ato representado(a) pelo(a) xxxxxxxx xxxxxxxx (cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria nº xxx, de xxx de xxx de 20xxx, publicada no DOU de xxx de xxx de xxx, portador da Matrícula Funcional nº xxx, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) Empresa xxxxxxxxxxxx inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº xxxxxxxxxxxxxx, sediado(a) na xxxxxxxxxxxxxx, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por xxxxxxxxxxxxxx (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº xxxxxxxxxxxxxx e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº xxx/xxx., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços comuns de fornecimento de alimentação preparada, organizada por lotes, compreendendo café da manhã, almoço, jantar, kit lanche, coffee break, serviços do tipo SELF SERVICE e marmitex, visando atender às demandas e eventos da Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos – SEASDH, conforme especificações e quantidades discriminadas neste Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

LOTE XXXXX					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
XXXXX	XXXXXX	XXXX	XXXX	R\$	R\$
VALOR TOTAL					R\$

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

2.3. O valor total da contratação é de R\$.……. (.....)

2.4. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

3.5. A vigência do Contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da sua assinatura, na forma do art. 105 da Lei 14.133/2021.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOS MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

4.6. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

5. CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

5.7. O pagamento dos materiais efetivamente fornecidos será efetuado à empresa contratada no prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento do documento fiscal, compreendido nesse período a fase de ateste deste – o qual conterá o endereço, o CNPJ, os números do Banco da Agência e da Conta Corrente da Empresa contratada, o número da Nota de Empenho e a descrição clara do objeto – em moeda corrente nacional, de acordo com as condições constantes na proposta da Empresa contratada e aceita pela Administração contratante.

5.8. A emissão da ordem bancária será efetivada após o documento fiscal ser conferido, aceito e atestado por servidor responsável, caracterizando o recebimento definitivo, e ter sido verificada a regularidade da Empresa contratada, mediante consulta on-line ao Sistema Unificado de Cadastro de Fornecedores (SICAF), ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa disponível no Portal do CNJ e à Certidão Negativa (ou Positiva com efeito de Negativa) de Débitos Trabalhistas (CNDT), para comprovação, dentre outras coisas, do devido recolhimento das contribuições sociais (FGTS e Previdência Social) e demais tributos estaduais, federais e municipais, conforme cada caso.

5.9. O documento fiscal deverá ser emitido em nome da:

- a) Secretaria de Estado de Assistência Social e dos Direitos Humanos - SEASDH.
- b) CNPJ nº 33.863.850/0001-72.

5.10. A emissão da ordem bancária será efetivada após o documento fiscal ser conferido, aceito e atestado por servidor responsável, caracterizando o recebimento definitivo, e ter sido verificada a regularidade da Empresa contratada, mediante consulta on-line ao Sistema Unificado de Cadastro de Fornecedores (SICAF), ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa disponível no Portal do CNJ e à Certidão Negativa (ou Positiva com efeito de Negativa) de Débitos Trabalhistas (CNDT), para comprovação, dentre outras coisas, do devido recolhimento das contribuições sociais (FGTS e Previdência Social) e demais tributos estaduais, federais e municipais, conforme cada caso.

5.11. Após apresentação da fatura/nota fiscal devidamente atestada, deverá conter os documentos de regularidade fiscal, trabalhista, previdenciária, dentre outros, abaixo descritos, que são condição não de pagamento, mas de manutenção da condição de habilitado a fornecer para o Estado do Acre:

- I - Certidão Negativa de Débito Municipal;
- II - Certidão Negativa de Débito Estadual emitido pela Secretaria de Estado da Fazenda - SEFAZ (pessoa física e jurídica) e pela Procuradoria Geral do Estado - PGE (pessoa jurídica);
- III - Certidão Conjunta Negativa da Fazenda Federal (compreendendo certidão unificada da dívida ativa da união, quitação de tributos federais e quitação de contribuições previdenciárias);
- IV - Certidão Negativa de Débito do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;

- V - Certidão Negativa de Débito Trabalhista;
- VI - Certidão de Distribuição para Fins Gerais - Justiça Estadual;
- VII - Certidão de Distribuição para Fins Gerais - Justiça Federal e;
- VIII - Outros documentos que se fizerem necessários para comprovação de regularidade da contratada.

5.12. A empresa contratada deve apresentar o documento fiscal de fornecimento, emitido e entregue ao fiscal do contrato, para fins de liquidação e pagamento.

5.13. Na ocorrência de rejeição do documento fiscal motivado por erro ou incorreções, o mesmo será devolvido à empresa contratada para retificação e reapresentação, acrescendo-se, no prazo fixado para pagamento, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.

5.14. Nos casos de eventuais atrasos injustificados de pagamento, desde que a Empresa contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Administração contratante, desde a data limite fixada para pagamento até a data do efetivo pagamento, será a seguinte:

EM = N X VP X I/365), onde:

EM = Encargos moratórios a serem pagos pelo atraso de pagamento;

N = Número de dias de atraso contados entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso; e

I = IPCA anual acumulado (Índice de Preços ao Consumidor Ampliado do IBGE) / 100.

5.15. Os documentos de cobrança deverão ser entregues pela empresa contratada, na sede da SEASDH, para o Fiscal do Contrato, no horário de expediente do Contratante, ou por e-mail a ser informado quando da assinatura do contrato.

5.16. Em nenhuma hipótese será efetuado pagamento de documento fiscal com o número do CNPJ/MF diferente do que foi apresentado na proposta de preços, mesmo que sejam empresas consideradas matriz e filial ou vice-versa, ou pertencentes ao mesmo grupo ou conglomerado.

5.17. Não será realizado qualquer tipo de pagamento através de boleto bancário ou por outro meio diferente do previsto no Contrato.

5.18. A Administração contratante, no momento do pagamento, providenciará as devidas retenções tributárias, nos termos da legislação vigente, exceto nos casos em que a empresa contratada comprovar, na forma prevista em lei, não lhe serem aplicáveis tais retenções.

5.19. Caso a empresa contratada seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das ME e EPP – SIMPLES, desde que não haja vedação legal para tal opção em razão do objeto executado, deverá apresentar, juntamente com o documento fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

6. CLÁUSULA SEXTA - DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

6.20. Os preços registrados, assim como as responsabilidades assumidas pela futura Contratada, serão válidos pelo período de 12 (doze) meses, a contar da publicação da data proposta de preço podendo ser prorrogado por igual período de acordo com o art. 84 da Lei 14.133/21.

6.21. Os preços registrados na Ata de Registro de Preços variarão:

6.22. Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da detentora da Ata e a retribuição da SEASDH, para a justa remuneração dos produtos utilizados para execução contratual, poderá ser revisada, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato;

6.23. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou menos, conforme o caso.

6.24. Fica facultado a SEASDH realizar ampla pesquisa de mercado para subsidiar, em conjunto com a análise dos requisitos dos subitens anteriores, a decisão quanto a revisão de preços solicitada pela detentora da Ata.

6.25. A eventual autorização da revisão dos preços contratuais será concedida após a análise técnica e jurídica da SEASDH, porém contemplará os preços da data de entrega do pedido de repactuação de preços na SEASDH, não se aplicando o reajuste de preços sobre os preços dos bens entregues e/ou sobre as que estiverem em andamento;

6.26. Enquanto eventuais solicitações de revisão de preços estiverem sendo analisadas, a detentora da Ata não poderá suspender a execução do objeto solicitados e os pagamentos serão realizados aos preços vigentes.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E CUSTOS ESTIMADOS

7.27. Os recursos orçamentários para a referida contratação estão consignados na Unidade Orçamentária – Programa de Trabalho:

Cód. Órgão / Unidade Executora: XXXXXXXX

Programa de Trabalho: XXXXXX

Elemento de Despesa: XXXXXX

Fonte de Recurso: XXXXXXXXXX

8. CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.28. Assinar o termo de contrato no prazo de até **05 (cinco) dias úteis**, contados da convocação, nos termos do art. 90 da **Lei nº 14.133 de 2021**, sob pena de aplicação das sanções cabíveis em caso de recusa injustificada.

8.29. Executar o objeto contratado em estrita conformidade com as especificações constantes no Edital, neste Termo de Referência e na proposta apresentada.

8.30. Assumir integral responsabilidade pela qualidade, preparo, acondicionamento, transporte e entrega dos alimentos, garantindo que os produtos fornecidos estejam em perfeitas condições de consumo.

8.31. Utilizar matéria-prima de primeira qualidade, dentro do prazo de validade e em conformidade com as normas sanitárias vigentes.

8.32. Cumprir integralmente as normas sanitárias aplicáveis ao preparo e fornecimento de alimentos, especialmente aquelas estabelecidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

8.33. Assegurar que a manipulação, preparo, acondicionamento e transporte dos alimentos observem as boas práticas de manipulação de alimentos previstas na Resolução RDC nº 216 de 2004.

8.34. Garantir que os alimentos sejam transportados em condições adequadas de higiene, temperatura e acondicionamento, preservando suas características e evitando contaminações.

8.35. Substituir, às suas expensas, no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas**, os produtos entregues que apresentarem:

- c) deterioração;

d) inadequação ao consumo;

e) descumprimento das especificações;

f) embalagens danificadas;

g) irregularidades sanitárias.

8.36. Atender prontamente às reclamações apresentadas pela Administração quanto à qualidade dos produtos fornecidos.

8.37. Os produtos fornecidos deverão atender às normas sanitárias vigentes aplicáveis aos serviços de alimentação, especialmente às disposições da **Resolução RDC nº 216/2004**, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, bem como demais normas pertinentes à manipulação e fornecimento de alimentos.

8.38. Comunicar ao Contratante, **com antecedência mínima de 02 (dois) dias úteis**, quaisquer motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo de entrega, apresentando as devidas justificativas.

8.39. Responsabilizar-se integralmente por **todas as despesas decorrentes da execução do objeto**, inclusive transporte, embalagem, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais.

8.40. Designar **preposto** para representá-la durante toda a execução contratual, com poderes para tratar de assuntos relacionados à execução do contrato.

8.41. Permitir e facilitar a **fiscalização da Administração**, prestando todas as informações solicitadas.

8.42. Manter durante toda a execução do contrato **todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação**, conforme disposto no art. 92 da **Lei nº 14.133 de 2021**.

8.43. Responder civil e penalmente por quaisquer danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato.

8.44. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto fornecido, nos termos da **Lei nº 8.078 de 1990** e do **Código Civil Brasileiro**.

8.45. Respeitar as normas de segurança e acesso às dependências da Administração, mantendo seus empregados devidamente identificados.

8.46. Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto contratado **sem autorização expressa da Administração**.

8.47. Responsabilizar-se integralmente por eventuais **danos à saúde decorrentes de falhas na manipulação ou fornecimento de alimentos**, sem prejuízo das sanções administrativas e legais cabíveis.

8.48. A Contratada será integralmente responsável pela qualidade sanitária dos alimentos fornecidos, devendo assegurar que todos os produtos utilizados no preparo e fornecimento das refeições e coffee breaks estejam próprios para consumo humano, dentro do prazo de validade e em conformidade com as normas sanitárias vigentes, inclusive em casos de intoxicação alimentar.

8.49. Apresentar **nota fiscal/fatura** acompanhada da comprovação de regularidade fiscal e trabalhista para fins de pagamento.

9. CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.50. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, por meio de servidor ou comissão especialmente designada, na forma do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

9.51. Aplicar as sanções administrativas quando se fizerem necessárias, nos casos de descumprimento das obrigações contratuais.

9.52. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas nos produtos ou serviços fornecidos, para que sejam substituídos ou corrigidos.

9.53. Comunicar oficialmente à Contratada quaisquer falhas verificadas no cumprimento do contrato.

9.54. Comunicar formalmente à Contratada, por meio de correspondências ou instrumentos contratuais, sempre que houver alterações ou informações que possam modificar itens do contrato originalmente pactuados.

9.55. Conduzir os procedimentos relativos a eventuais negociações de preços contratados e à aplicação de penalidades por descumprimento das obrigações assumidas.

9.56. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos.

9.57. Disponibilizar, mensalmente, em seu sítio eletrônico oficial, a ordem cronológica de seus pagamentos, bem como as justificativas que fundamentarem eventual alteração dessa ordem.

9.58. Liberar, no prazo previsto para pagamento, a parcela incontroversa, no caso de controvérsia sobre a execução do objeto quanto à dimensão, qualidade ou quantidade.

9.59. Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

9.60. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do contrato, em especial quanto à aplicação de sanções, alterações e reajustes contratuais.

9.61. Não direcionar a contratação de pessoas para trabalhar na empresa contratada.

9.62. Permitir o acesso dos empregados da Contratada às dependências do Contratante, quando necessário, para a entrega, organização e execução dos serviços de alimentação contratados.

9.63. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante ou preposto da Contratada.

9.64. Proceder ao recebimento do objeto contratado, atestar as respectivas notas fiscais e realizar a liquidação e o pagamento dos serviços prestados.

9.65. Recusar, mediante justificativa, os produtos ou serviços entregues em desacordo com as especificações constantes no Edital e na proposta da Contratada.

9.66. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos produtos recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.

9.67. Verificar a regularidade da Contratada junto ao Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores do Governo do Estado do Acre – CADUF, antes de cada pagamento.

9.68. Verificar, por ocasião do pagamento, a regularidade da Contratada junto à Seguridade Social, Caixa Econômica Federal (FGTS), Justiça do Trabalho, Receita Federal, Fazenda Estadual, Dívida Ativa e Prefeitura Municipal.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

10.69. A gestão e a fiscalização do contrato serão efetuadas por servidores designados da Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos, em conformidade com o art. 117 da Lei nº 14.133/2021, bem como com os arts. 16 e 17 do Decreto Estadual nº 11.363/2023 e com a Instrução Normativa nº 001/2016 da Controladoria-Geral do Estado do Acre.

10.70. Fiscal do Contrato

10.70.1. São atribuições do Fiscal do Contrato, sem prejuízo das demais previstas no Manual de Gestão e Fiscalização dos Contratos Administrativos:

- 10.70.2. Conhecer o inteiro teor do Edital e seus anexos, da Ata de Registro de Preços, do Instrumento Contratual e de seus eventuais aditivos ou apostilamentos;
- 10.70.3. Avaliar a quantidade e a qualidade dos serviços executados ou dos produtos fornecidos;
- 10.70.4. Atestar, em documento hábil, o fornecimento dos produtos ou a prestação dos serviços, após conferência prévia do objeto contratado;
- 10.70.5. Controlar a efetividade e a qualidade da execução dos serviços, em estrita observância às especificações e normas estabelecidas no contrato e no Termo de Referência, solicitando a correção de eventuais vícios, imperfeições, deficiências ou omissões;
- 10.70.6. Acompanhar a entrega dos produtos e serviços contratados, verificando sua quantidade, qualidade e conformidade com as especificações estabelecidas;
- 10.70.7. Verificar a conformidade da quantidade, qualidade, acondicionamento e horário de entrega dos alimentos fornecidos, certificando-se de que os serviços de alimentação estejam de acordo com as especificações estabelecidas no Termo de Referência;
- 10.70.8. Registrar todas as ocorrências havidas durante a execução do contrato em registro próprio;
- 10.70.9. Observar os prazos contratuais para regularização de eventuais falhas e, quando necessário, estabelecer juntamente com o Gestor do Contrato prazo razoável para adoção de medidas corretivas;
- 10.70.10. Assegurar-se do cumprimento integral das obrigações contratuais assumidas pela Contratada;
- 10.70.11. Apresentar, periodicamente ou quando solicitado, relatório circunstanciado de acompanhamento da execução do contrato, instruído com registros fotográficos e demais documentos probatórios, quando cabível;
- 10.70.12. Acompanhar rotineiramente a execução dos serviços contratados, verificando se os produtos fornecidos estão em perfeitas condições e em conformidade com as características pactuadas;
- 10.70.13. Atuar em tempo hábil na solução de problemas que possam ocorrer durante a execução contratual, desde que não ultrapassem sua competência;
- 10.70.14. Encaminhar ao Gestor do Contrato as questões que ultrapassem suas atribuições;
- 10.70.15. Providenciar, sempre por escrito, a obtenção de esclarecimentos ou suporte técnico quando houver dúvidas sobre as providências a serem adotadas;
- 10.70.16. Indicar, em nota técnica, a necessidade de eventuais descontos ou glosas a serem realizados em razão de falhas na execução contratual;
- 10.70.17. Cientificar o Gestor do Contrato e o Ordenador de Despesas sobre a possibilidade de não conclusão do objeto na data pactuada, apresentando as devidas justificativas;
- 10.70.18. Realizar, juntamente com a Contratada, a verificação dos serviços executados antes de atestar as respectivas notas fiscais;
- 10.70.19. Reportar-se sempre ao preposto da Contratada, não devendo, em hipótese alguma, dar ordens diretamente aos seus empregados;
- 10.70.20. Emitir atestados ou certidões de avaliação dos serviços prestados;
- 10.70.21. Controlar a medição dos serviços executados, aprovando apenas os serviços efetivamente realizados;
- 10.70.22. Informar ao Gestor do Contrato qualquer irregularidade que deva ser sanada;
- 10.70.23. Glosar valores quando houver má execução ou não execução do objeto contratado, sugerindo, quando for o caso, a aplicação de penalidades;
- 10.70.24. Representar às autoridades competentes eventuais irregularidades ou atos ilícitos de que tenha conhecimento em razão de suas funções.
- 10.70.25. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou defeitos observados, conforme §1º do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.
- 10.71. **Gestor do Contrato**
- 10.71.26. São atribuições do Gestor do Contrato, sem prejuízo das demais previstas no Manual de Gestão e Fiscalização dos Contratos Administrativos:
- 10.71.27. Conhecer o inteiro teor do Edital e seus anexos, da Ata de Registro de Preços, do instrumento contratual e de seus eventuais aditivos;
- 10.71.28. Gerenciar o Processo Administrativo de Despesa Pública referente à contratação;
- 10.71.29. Assegurar o cumprimento integral das obrigações contratuais assumidas, com qualidade e em conformidade com a legislação vigente;
- 10.71.30. Solicitar periodicamente ao Fiscal do Contrato relatórios de acompanhamento da execução contratual;
- 10.71.31. Atuar em tempo hábil na solução de problemas relacionados à execução contratual que estejam dentro de sua competência;
- 10.71.32. Analisar eventuais glosas ou registros efetuados pelo fiscal do contrato e adotar as providências administrativas cabíveis;
- 10.71.33. Encaminhar formalmente as demandas à Contratada por meio de ordem de serviço, ordem de fornecimento ou instrumento equivalente;
- 10.71.34. Repassar ao Fiscal do Contrato todas as informações e documentos necessários à adequada fiscalização;
- 10.71.35. Dar publicidade e manter atualizados os dados do contrato nos sistemas informatizados de gestão contratual e nos meios oficiais de transparência;
- 10.71.36. Acompanhar a vigência do instrumento contratual, adotando as providências necessárias para prorrogação, quando cabível e vantajosa, ou para o encerramento da contratação;
- 10.71.37. Propor medidas que contribuam para a melhoria da execução do contrato;
- 10.71.38. Encaminhar às autoridades competentes as questões que ultrapassem o âmbito de suas atribuições;
- 10.71.39. Providenciar, sempre que necessário, a obtenção de esclarecimentos ou suporte técnico;
- 10.71.40. Alimentar os sistemas de gestão contratual e o Portal da Transparência com informações relativas à execução do contrato;
- 10.71.41. Informar periodicamente ao Ordenador de Despesas acerca das ocorrências relacionadas ao contrato, tais como pedidos de reajuste, prorrogações, alterações contratuais e eventuais irregularidades;
- 10.71.42. Obter a formalização da designação do preposto da Contratada;
- 10.71.43. Notificar a Contratada, quando necessário, sobre irregularidades verificadas na execução contratual;
- 10.71.44. Subsidiar a Administração com relatórios e pareceres técnicos necessários à tomada de decisões relacionadas à execução do contrato.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

11.72. Os contratos decorrentes desta contratação poderão ser alterados, mediante justificativa e observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021, especialmente o art. 124, nos seguintes casos:

11.73. I – unilateralmente pela Administração:

- h) quando houver modificação das especificações do objeto, para melhor adequação técnica aos objetivos da Administração;

i) quando for necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos pela legislação vigente.

11.74.

II – por acordo entre as partes:

j) quando conveniente a substituição da garantia de execução, quando exigida;

k) quando necessária a modificação do regime de execução do serviço ou da forma de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

l) quando necessária a modificação da forma de pagamento por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado e vedada a antecipação de pagamento sem a correspondente contraprestação;

m) para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito, fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de riscos estabelecida no contrato.

11.75.

As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

11.76.

Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA SUBCONTRATAÇÃO

12.77.

A Contratada não poderá subcontratar, ficando, o vínculo contratual adstrito somente do Contratante e a Contratada, respondendo a Contratada por todos os danos causados na execução do objeto do Contrato.

13.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.78.

Comete infração administrativa nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, a Contratada que:

IX - dar causa à inexecução parcial do Contrato;

X - dar causa à inexecução parcial do Contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

XI - dar causa à inexecução total do contrato;

XII - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

XIII - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

XIV - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta;

XV - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato.

13.79.

Comete ainda infração administrativa, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, ficando sujeita à sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, conforme art. 156, §5º da mesma lei, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, sem prejuízo das multas previstas no edital e no contrato e das demais cominações legais, a Contratada que:

XVI - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto;

XVII - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato

XVIII - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XIX - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XX - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

13.80.

As sanções administrativas que poderão ser aplicadas são as seguintes:

XXI - Advertência;

XXII - Multa;

XXIII - Impedimento de licitar e contratar;

XXIV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.81.

Para efeito do disposto no subitem anterior serão utilizados os critérios e graus de infrações estabelecidos no Art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

13.82.

A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se os procedimentos previstos na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto Estadual nº 11.363/2023.

13.83.

Na aplicação das sanções, a autoridade competente levará em consideração:

n) a gravidade da conduta do infrator;

o) o caráter educativo da penalidade;

p) os danos causados à Administração;

q) o princípio da proporcionalidade.

13.84.

Serão imediatamente incluídas no Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas da Controladoria Geral da União – CEIS, constante no sítio www.portaltransparencia.gov.br, os fornecedores que forem sancionados com as penalidades de suspensão ou declaração de inidoneidade prevista na Lei nº 14.133/2021.

13.85.

Os atos administrativos e aplicação das penalidades serão publicados resumidamente no Diário Oficial do Estado.

14.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO

14.86.

O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

14.87.

O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

14.88.

A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

14.89. Caso a notificação da não-continuidade do contrato que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

14.90. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

14.91. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139 da mesma Lei](#).

14.92. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

14.93. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

14.94. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

14.95. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

14.96. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

14.97. Indenizações e multas.

14.98. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

14.99. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.100. 1.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

15.101. 1.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

15.102. 1.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

15.103. 1.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de sub operação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.

15.104. 1.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

15.105. 1.6. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

15.106. 1.7. O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

15.107. 1.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

15.108. 1.9. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

15.109. 1.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

15.110. 1.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

15.111. 1.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

15.112. 1.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA ANTICORRUPÇÃO

16.113. Em conformidade com a **Lei Federal nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção)**, a presente contratação observará integralmente as normas de integridade, ética e prevenção à fraude e à corrupção no âmbito da Administração Pública.

16.114. A empresa que vier a ser contratada deverá adotar conduta compatível com os princípios constitucionais da Administração Pública e comprometer-se a:

16.114.45. Não oferecer, prometer, autorizar ou conceder, direta ou indiretamente, vantagem indevida de qualquer natureza a agente público ou a terceiros a ele relacionados;

16.114.46. Comunicar ao órgão contratante quaisquer situações de conflito de interesses ou suspeitas de irregularidades verificadas durante a execução contratual;

16.114.47. Cumprir as disposições previstas na Lei nº 12.846/2013, sujeitando-se às sanções aplicáveis em caso de infração;

16.114.48. Manter procedimentos e controles internos que previnam, detectem e combatam desvios de conduta, fraude e corrupção relacionados ao contrato;

16.114.49. Cooperar com a fiscalização e controle exercidos pelos órgãos competentes.

16.115. O descumprimento destas disposições ensejará a adoção das medidas administrativas e legais cabíveis, inclusive a aplicação das penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto Estadual nº 11.363/2023.

16.116. A CONTRATADA se compromete a divulgar, no âmbito de sua organização, o canal de denúncias da Controladoria-Geral do Estado, assegurando que qualquer colaborador possa relatar irregularidades relacionadas à execução deste contrato. Para tanto, deverão ser informados os seguintes meios de contato:

16.116.50. **E-mail:** seasdh.ouvid@ac.gov.br e seasdh.ouvid@gmail.com

16.116.51. **Plataforma de ouvidoria:** <http://falabr.cgu.gov.br/>

16.116.52. **Site:** <https://seasdh.ac.gov.br>

16.116.53. **Endereço:** Av. Nações Unidas, 2731 - Estação Experimental. Rio Branco – Acre, Rio Branco/AC, CEP 69912-600.

17. **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E À PROPOSTA**

- 17.117. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
- 17.118. O Termo de Referência;
- 17.119. O Edital da Licitação;
- 17.120. A Proposta do contratado;
- 17.121. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

18. **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PUBLICAÇÃO**

18.122. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

19. **CLÁUSULA DÉCIMA NONA – FORO**

19.123. As partes elegem o foro da Comarca de Rio Branco/AC, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas que surgirem na execução do presente Instrumento.

E, para firmeza e prova de assim haverem, entre si, ajustado e acordado, após ter sido lido juntamente com seu(s) anexo(s), o presente Contrato é assinado eletronicamente pelas partes.

JOÃO PAULO SILVA E SILVA
Secretário de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos - SEASDH
DECRETO Nº 13.325-P, DE 8 DE ABRIL DE 2026

FORNECEDOR
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

TESTEMUNHAS:

1. _____
CPF (MF) Nº _____

2. _____
CPF (MF) Nº _____



Documento assinado eletronicamente por **PRISCILA CASTRO VIDAL**, Cargo **Comissionado**, em 14/05/2026, às 12:27, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da [Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.sei.ac.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **0020833956** e o código CRC **597BDC84**.

ANEXO IV DO EDITAL - PROPOSTA DE PREÇOS (MODELO)

Referente: Edital Pregão Eletrônico SRP N.º ____/____.

Apresentamos a V.S., nossa Proposta de fornecimento de serviços especializados _____, nos termos do Edital e seus Anexos.

NOME COMPLETO DO LICITANTE: _____

CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

EMAIL: _____

TELEFONE: _____

CONFORME TABELA CONSTANTE NO ITEM 8. DO TERMO DE REFERÊNCIA

O **prazo de validade** de nossa **proposta de preços é de 90 (noventa) dias**, contados da data da abertura da licitação.

Prazo de entrega conforme especificações do Anexo I.

Declaramos que nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no Termo de Referência.

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa

Notas:

1. **Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no COMPRASGOV e as especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência deste Edital prevalecerão às últimas.**
2. O prazo mínimo de validade da proposta será de 90 dias a contar da sessão pública.
3. Vide outras determinações no Anexo I – Termo de Referência, deste Edital.

ANÁLISE DE RISCOS

O gerenciamento de riscos permite ações contínuas de planejamento, organização e controle dos recursos relacionados aos riscos que possam comprometer o sucesso da contratação, da execução do objeto e da gestão contratual. O Mapa de Gerenciamento de Riscos deve conter a identificação e a análise dos principais riscos, consistindo na compreensão da natureza e determinação do nível de risco, que corresponde à combinação do impacto e de suas probabilidades que possam comprometer a efetividade da contratação, bem como o alcance dos resultados pretendidos. Para cada risco identificado, define-se a probabilidade de ocorrência dos eventos, os possíveis danos potenciais, as possíveis ações preventivas e contingências, bem como a identificação de responsáveis por cada ação.

Descrição dos impactos:

Baixo: Danos que não comprometem o processo/serviço. Devem ser catalogados nos relatórios pós-contratuais com vistas a novo planejamento.

Médio: Danos que comprometem parcialmente o processo/serviço, atrasando-o ou interferindo em sua qualidade.

Alto: Danos que comprometem a essência do processo/serviço, impedindo-o de seguir seu curso.

MAPA DE RISCO PARA A FASE DE PLANEJAMENTO E CONTRATAÇÃO

1. RISCO 01 - ESPECIFICAÇÃO DEFICIENTE DA DEMANDA

Etapa	Formalização da demanda
Risco	estimativa inadequada do quantitativo e das especificações dos serviços de alimentação, incluindo café da manhã, marmitex, kit lanche, coffee break e refeições do tipo self service, conforme organização por lotes.
Dano	Superdimensionamento (desperdício de recursos) ou subdimensionamento (interrupção do atendimento).
Probabilidade de ocorrência	() baixa (x) média () alta
Impacto	() baixo () médio (x) alto
Ação Preventiva	Analisar histórico de consumo, perfil do público atendido e eventos previstos.
Ação de contingência	Revisão do quantitativo mediante justificativa técnica e eventual ajuste contratual.
Responsável	Setor Demandante

2. RISCO 02 - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR DEFICIENTE

Etapa	Elaboração de estudo técnico preliminar
Risco	Ausência de análise de mercado e vantajosidade da adesão
Dano	Contratação irregular ou economicamente desvantajosa
Probabilidade de ocorrência	() baixa (x) média () alta
Impacto	() baixo () médio (x) alto
Ação Preventiva	Checklist conforme art. 18 da Lei 14.133/21, com justificativa expressa da escolha da solução.
Ação de contingência	Correção do ETP antes do prosseguimento da contratação.
Responsável	Equipe de Planejamento

3. RISCO 03 - DESCUMPRIMENTO DE FORMALIDADE LEGAL

Etapa	Análise Jurídica
Risco	Inobservância de exigências legais.
Dano	Nulidade do procedimento e responsabilização administrativa.
Probabilidade de ocorrência	(x) baixa () média () alta
Impacto	() baixo () médio (x) alto
Ação Preventiva	Submissão obrigatória à análise jurídica.
Ação de contingência	Saneamento das irregularidades apontadas.
Responsável	Setor Jurídico / Compras

4. RISCO 04 - IRREGULARIDADE NA ADESÃO À ATA

Etapa	Contratação
Risco	Descumprimento do art. 86 da Lei 14.133/21
Dano	Anulação da adesão, questionamento pelos órgãos de controle e responsabilização administrativa.
Probabilidade de ocorrência	(x) baixa () média () alta
Impacto	() baixo () médio (x) alto
Ação Preventiva	Comprovação formal da vantajosidade, compatibilidade com preços de mercado, anuência do órgão gerenciador, aceitação do fornecedor e observância dos limites quantitativos.
Ação de contingência	Realização de licitação própria.
Responsável	Setor de Compras

5. RISCO 05 - IMPUGNAÇÕES OU QUESTIONAMENTOS

Etapas	Fase externa
Risco	Suspensão do procedimento
Dano	Atraso na contratação
Probabilidade de ocorrência	() baixa (x) média () alta
Impacto	() baixo () médio (x) alto
Ação Preventiva	Revisão técnica e jurídica prévia do Termo de Referência.
Ação de contingência	Resposta fundamentada e célere.
Responsável	Comissão / Pregoeiro

6. **RISCO 06 - PROPOSTA INEXEQUÍVEL**

Etapas	Análise de preços
Risco	Valor incompatível com mercado
Dano	Inexecução contratual ou perda de qualidade.
Probabilidade de ocorrência	() baixa (x) média () alta
Impacto	() baixo () médio (x) alto
Ação Preventiva	Pesquisa de preços atualizada e análise crítica.
Ação de contingência	Solicitação de comprovação de exequibilidade ou desclassificação.
Responsável	Equipe de Planejamento

7. **RISCO 07 - INSUFICIÊNCIA ORÇAMENTÁRIA**

Etapas	Empenho
Risco	Ausência ou insuficiência de dotação.
Dano	Interrupção ou impossibilidade de execução contratual.
Probabilidade de ocorrência	() baixa (x) média () alta
Impacto	() baixo () médio (x) alto
Ação Preventiva	Reserva orçamentária prévia e conferência de saldo.
Ação de contingência	Suplementação ou reprogramação financeira.
Responsável	Setor Financeiro

8. **RISCO 08 - ATRASO NA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO**

Etapas	Execução
Risco	Atraso na entrega ou na disponibilização dos serviços de alimentação, incluindo coffee break e self service, comprometendo o cronograma de eventos e atividades institucionais.
Dano	Comprometimento de eventos e atividades institucionais.
Probabilidade de ocorrência	() baixa (x) média () alta
Impacto	() baixo () médio (x) alto
Ação Preventiva	Clareza contratual quanto a prazos e penalidades.
Ação de contingência	Aplicação de multa e notificação formal.
Responsável	Fiscal do Contrato

9. **RISCO 09 - INEXECUÇÃO PARCIAL DO OBJETO**

Etapas	Execução
Risco	Fornecimento incompleto ou em desacordo com as especificações dos serviços de alimentação contratados, incluindo coffee break, self service e demais itens por lote.
Dano	Prejuízo ao atendimento institucional.
Probabilidade de ocorrência	() baixa (x) média () alta
Impacto	() baixo () médio (x) alto
Ação Preventiva	Acompanhamento sistemático da execução.
Ação de contingência	Glosa e penalidades.
Responsável	Fiscal

10. **RISCO 10 - FALHA NA EXECUÇÃO DE EVENTOS**

Etapas	Execução
Risco	Montagem inadequada, atraso ou falha na prestação de serviços de coffee break e self service em eventos institucionais.
Dano	Comprometimento de eventos, prejuízo à imagem institucional e insatisfação dos participantes.
Probabilidade de ocorrência	() baixa (x) média () alta
Impacto	() baixo () médio (x) alto
Ação Preventiva	Definição clara no Termo de Referência quanto à estrutura mínima, equipe de apoio, logística e horários de atendimento
Ação de contingência	Substituição imediata do fornecedor ou aplicação de penalidades contratuais
Responsável	Fiscal do Contrato

11. **RISCO 11 - DESCUMPRIMENTO DAS NORMAS SANITÁRIAS**

Etapas	Execução do contrato
Risco	Fornecimento de alimentação, incluindo serviços de coffee break e self service, em desacordo com as normas da vigilância sanitária, quanto à manipulação, acondicionamento, transporte e exposição dos alimentos.
Dano	Risco à saúde pública e responsabilização civil do Estado.
Probabilidade de ocorrência	() baixa (x) média () alta
Impacto	() baixo () médio (x) alto
Ação Preventiva	Exigência de alvará sanitário e boas práticas de manipulação.
Ação de contingência	Suspensão imediata do fornecimento e aplicação de sanções.
Responsável	Fiscal

12. **RISCO 12 - FALTA DE PUBLICIDADE DO ATO ADMINISTRATIVO EM TEMPO HÁBIL**

Etapas	Publicação do contrato
Risco	Falta de publicidade do ato administrativo em tempo hábil
Dano	Irregularidade formal e possível questionamento.
Probabilidade de ocorrência	(x) baixa () média () alta
Impacto	() baixo (x) médio () alto
Ação Preventiva	Checklist de publicações obrigatórias.
Ação de contingência	Regularização imediata.
Responsável	Divisão de Compras - DIVCOMP

13. **RISCO 13 - FISCAL SEM CAPACITAÇÃO**

Etapas	Gestão contratual
Risco	Fiscalização inadequada
Dano	Falhas não detectadas e responsabilização subsidiária.
Probabilidade de ocorrência	() baixa (x) média () alta
Impacto	() baixo () médio (x) alto
Ação Preventiva	Designação formal e capacitação.
Ação de contingência	Substituição do fiscal.
Responsável	Autoridade Competente

14. **RISCO 14 - INCAPACIDADE OPERACIONAL DA CONTRATADA**

Etapas	Execução
Risco	Estrutura insuficiente para atender à demanda.
Dano	Descontinuidade do fornecimento.
Probabilidade de ocorrência	() baixa (x) média () alta
Impacto	() baixo () médio (x) alto
Ação Preventiva	Exigência de comprovação de capacidade técnica.
Ação de contingência	Rescisão e convocação de remanescente.
Responsável	Gestão Contratual

15. **RISCO 15 - QUALIDADE INFERIOR DAS REFEIÇÕES**

Etapas	Recebimento dos Produtos
Risco	Serviços de alimentação (refeições, coffee break e self service) prestados em desacordo com o padrão de qualidade estabelecido no Termo de Referência.
Dano	Insatisfação e prejuízo institucional
Probabilidade de ocorrência	() baixa (x) média () alta
Impacto	() baixo () médio (x) alto
Ação Preventiva	Definição clara de padrão de qualidade.
Ação de contingência	Substituição imediata.
Responsável	Fiscal

16. **RISCO 16 - RESCISÃO CONTRATUAL**

Etapas	Execução do contrato
Risco	Descumprimento reiterado das obrigações.
Dano	Interrupção do serviço público.
Probabilidade de ocorrência	() baixa (x) média () alta
Impacto	() baixo () médio (x) alto
Ação Preventiva	Monitoramento contínuo.
Ação de contingência	Convocação de remanescente ou nova contratação.
Responsável	Gestão Contratual

17. **CONCLUSÃO**

17.1. O gerenciamento de riscos será contínuo durante todo o ciclo da contratação, com ênfase na fiscalização da execução do serviço de alimentação, assegurando:

- a) Cumprimento do objeto;
- b) Observância da Lei 14.133/21;
- c) Continuidade do serviço público;
- d) Eficiência e economicidade;
- e) Mitigação de riscos jurídicos e sanitários.

Atenciosamente,

Maria Antonia Ferreira Gomes
Planejamento



Documento assinado eletronicamente por **MARIA ANTONIA FERREIRA GOMES, Cargo Comissionado**, em 23/03/2026, às 08:46, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da [Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.sei.ac.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **0019951559** e o código CRC **AFBB6268**.